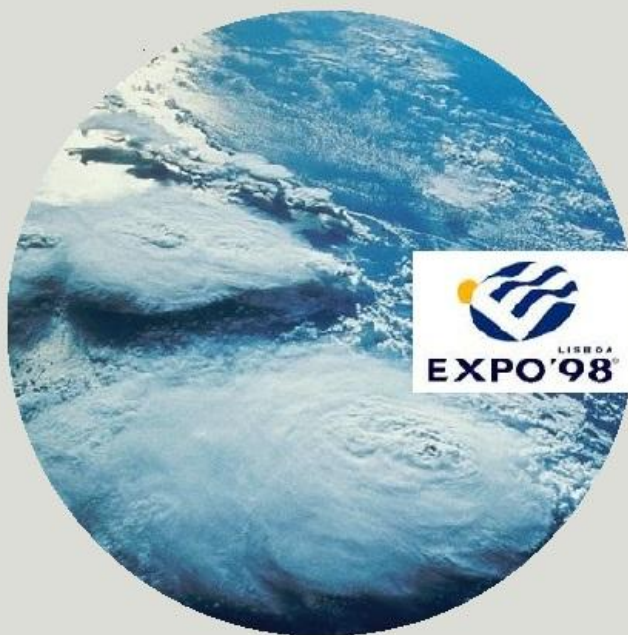


o b s e r v a

observatório
de ambiente
e sociedade



Laboratório associado

EXPO 98 - Os Mares e os Oceanos

João Ferreira de Almeida
Ana Cristina Ferreira e Marisa Pott

Painel

Expo 98 – Os Mares e os Oceanos

João Ferreira de Almeida
Ana Cristina Ferreira
Marisa Pott

DEZEMBRO DE 1999

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 2 |
| 1. DESCRIÇÃO DOS INQUIRIDOS | 5 |
| 2. BIODIVERSIDADE E RIQUEZA DAS ESPÉCIES MARINHAS | 7 |
| <i>Primeira fase</i> | 8 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 13 |
| 3. DIREITO, POLÍTICAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 15 |
| 3.1 DIREITO E MEDIDAS POLÍTICAS | 15 |
| <i>Primeira fase</i> | 16 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 25 |
| 3.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 26 |
| <i>Primeira fase</i> | 26 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 31 |
| 4. REPRESENTAÇÕES DOS MARES E OCEANOS | 32 |
| <i>Primeira fase</i> | 33 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 38 |
| 5. POLUIÇÃO E CONSERVAÇÃO | 41 |
| 5.1. AVALIAÇÃO DE FONTES POLUIDORAS E PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS | 41 |
| <i>Primeira fase</i> | 41 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 43 |
| 5.2 AVALIAÇÃO DA GRAVIDADE DA CONSERVAÇÃO DA ORLA COSTEIRA | 44 |
| <i>Primeira fase</i> | 44 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 46 |
| 6. EXPO98 | 47 |
| 6.1 ATITUDE GERAL FACE À EXPO98 | 47 |
| 6.2 CONHECIMENTO DOS OBJECTIVOS DA EXPO98 | 49 |
| 6.3 IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À EXPO98 | 49 |
| <i>Primeira fase</i> | 49 |
| 6.4 AVALIAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS DA EXPO98 | 52 |
| 6.5 PERCEPÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA EXPO98 | 52 |
| <i>Segunda e terceira fase</i> | 54 |
| CONCLUSÕES | 58 |
| BIBLIOGRAFIA | 60 |

INTRODUÇÃO

O OBSERVA – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, na sequência da aplicação do inquérito nacional, constituiu um painel de inquirição, para realizar vários estudos sobre um conjunto de temáticas de relevância ambiental.

A constituição desse painel surgiu da necessidade em se aprofundarem determinados temas que foram abordados no *inquérito às representações e atitudes dos portugueses face ao ambiente*, e explorar áreas que, eventualmente, integrarão o próximo inquérito de 1999, bem como de trabalhar outros temas, nomeadamente os relacionados com a EXPO-98 e os Oceanos. Este painel está também preparado para explorar eventuais eventos que surjam no panorama nacional ou internacional. Com o painel torna-se possível desenvolver não só os temas que não foram abrangidos - nesta linha o primeiro estudo incide sobre os Oceanos – bem como explorar temas do questionário que nos pareceram merecer um maior aprofundamento.

Dada a sua crescente importância enquanto questão ambiental e no âmbito da EXPO-98 e do Ano Internacional dos Oceanos, o primeiro tema a ser tratado foi o dos mares e oceanos. A consciência da necessidade de preservação do equilíbrio de zonas costeiras, da intensa ocupação humana destas zonas e da limitação da disponibilidade dos recursos marinhos, entre outros factores, salienta a noção de transição entre território terrestre e marítimo, o que só pode ser analisado com a introdução de conceitos como o de continuidade e o de espaço. A noção de continuidade, ou o prolongamento da definição do espaço físico dos elementos terrestres aos elementos marítimos, é uma concepção recente que desafia a tradicional concepção dicotomizada de território.

O estudo teve como objectivo monitorizar a evolução da opinião dos inquiridos ao longo do tempo, seguindo três linhas de investigação: a análise dos conhecimentos relativos sobre esta questão; a avaliação de expectativas a respeito da EXPO-98 e dos seus programas; a análise dos valores, representações e atitudes sobre os oceanos. Neste último caso consideraram-se posições que podem ir desde o campo das representações simbólicas (património da humanidade/continuidade espacial) ao campo das representações materiais (fonte de recursos) e a sua relação com as medidas políticas pensadas para esta área.

O objectivo central de monitorização da evolução da opinião de um grupo de inquiridos, era o de avaliar comparativamente o efeito que um evento como o da Expo98, dedicado ao tema dos oceanos, teria sobre essa opinião. Para esse efeito foram levados a cabo três momentos distintos de inquirição. Um anterior à realização da Expo98, outro uns meses após o encerramento da exposição e ainda outro em Setembro. Procurava-se um conjunto de primeiras respostas dadas num contexto de ausência de efeitos do evento e um segundo momento posterior a uma exposição à Expo98 e um último com um certo distanciamento daquele evento.

A aplicação desta metodologia envolveu a reunião de inquiridos permanentes, de modo a realizar estudos longitudinais, para acompanhar as transformações e o sentido das informações recolhidas. Neste sentido, esperava-se, com uma análise comparativa identificar o efeito que a Expo98 teve sobre este nosso grupo de inquiridos. Esperava-se também, avaliar a própria evolução das opiniões sobre os objectivos e forma da exposição universal de Lisboa..

Inicialmente, o painel teve uma dupla composição: reuniu algumas dezenas de pessoas escolhidas com alguma representatividade - embora não no sentido estatístico - do público em geral; e incluí um grupo multidisciplinar de especialistas das questões ambientais, essencialmente membros do Fórum Ambiental Luso-Americano (FALA).

Nas fases dois e três do painel (isto é, na inquirição levada a cabo após o encerramento da Expo98 e a uma distância de cerca de 6 meses da 1ª aplicação do questionário e na aplicação feita em Setembro) não foram incluídos os peritos, na medida em que não seria de esperar grandes alterações na sua opinião dado que estes são *à priori* mais esclarecidos e com posturas mais reflectidas e consistentes. Verificou-se também, no grupo dos não peritos, a não inclusão nestes momentos de alguns elementos inquiridos no momento 1, entretanto impossíveis de contactar ¹.

No entanto, apesar da dimensão do número de inquiridos ter decrescido as características fundamentais dos respondentes – distribuição por idades, sexo, nível de instrução, etc. - mantêm-se idênticas. Também, na medida em que se compararam as questões de opinião entre as duas fases ², não se procedeu a uma descrição detalhada

¹ Estes elementos foram, obviamente, retirados também da primeira base de dados quando se procedeu a análises de tipo comparativo.

² Através de testes adequados à comparação entre a mesma amostra em dois momentos de tempo, os chamados testes para amostras emparelhadas ou, simplesmente, através de análises descritivas.

destas questões, a não ser quando revelavam diferenças significativas face à primeira fase de inquirição ou quando não se tratava de comparações entre os dois momentos, mas entre duas ou mais variáveis numa mesma fase.

De facto verificou-se a existência de algumas diferenças que serão então discutidas neste relatório final.. A estrutura do relatório desenvolve-se ao longo da problematização das diferenças e semelhanças encontradas entre os momentos um e dois e os momentos um e três, que acompanha a análise descritiva das respostas dadas durante a primeira fase de inquirição. Opta-se por esta análise porque permite manter registada a problematização teórica que orientou a investigação desenvolvida ao longo destes meses, mantém a estrutura inicial da opinião e, porque nos casos em que não se registam diferenças significativas com o primeiro momento de inquirição encontramos-nos perante a estrutura de opinião já referenciada e claramente visível. Assim, apresenta-se em primeiro lugar as análises resultantes da primeira fase, seguida de uma análise das diferenças encontradas na segunda fase e das que se verificaram na terceira e última fase. O relatório encerra-se com uma análise conclusiva do padrão da evolução da opinião em todas as fases realizadas.

A estrutura de análise segue a forma que tem sido utilizada desde o relatório inicial, para que se possa manter uma certa coerência de leitura entre cada momento. Ou seja, faz-se uma análise centrada em cada uma das temáticas exploradas com o nosso guião de inquérito:

- biodiversidade e riqueza das espécies marinhas;
- direito, políticas e ordenamento do território;
- representações dos mares e oceanos;
- poluição e conservação;
- Expo98

Para a fase inicial, o painel de 42 inquiridos divide-se em duas sub-amostras. Uma sub-amostra com 28 inquiridos de formação profissional não especializada na área ambiental, e outra de 14 indivíduos. Criou-se uma base de dados única, com uma nova variável de identificação desses dois grupos – a variável “tipo”, com as modalidades

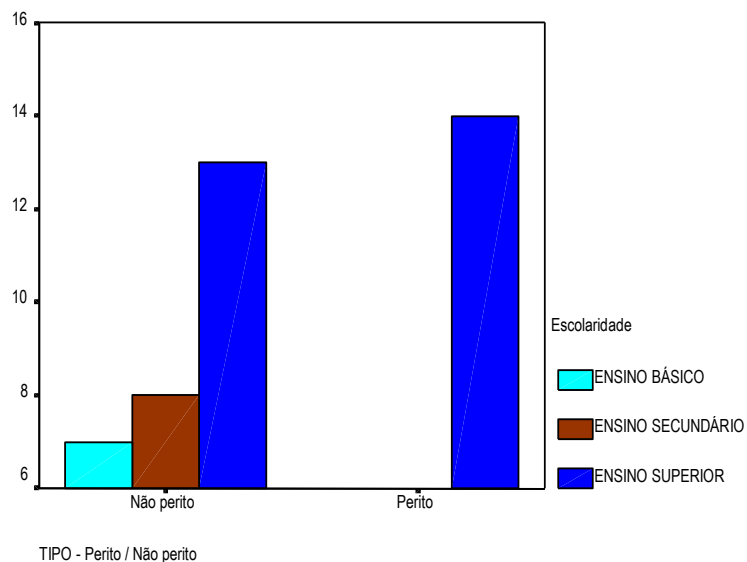
especialista, não especialista ou perito, não perito. Os resultados apresentados, para essa fase, referem-se primeiro às análises das duas amostras em separado e, em seguida, à análise da amostra total. Para o primeiro caso, o relatório apresenta uma análise descritiva das respostas dadas em cada grupo – especialistas e não especialistas em matéria ambiental (de seguida, designados por peritos e não peritos). Para o segundo caso, analisam-se as diferenças entre as respostas dadas pelos peritos e não peritos, que sejam estatisticamente válidas para cada pergunta, ou dimensão deste inquérito. Conforme mencionámos acima, para as fases seguintes apresentam-se os resultados apenas para a sub-amostra de não peritos, uma vez que as opiniões dos peritos já não foram incluídas.

1. DESCRIÇÃO DOS INQUIRIDOS

O grupo de peritos (n=14) é maioritariamente composto por indivíduos do sexo masculino (11) em que o estado civil (variável organizada em duas categorias “nunca viveu em casal”, “vive ou já viveu em casal”) é na maioria “vive em casal” (12). A classe etária concentra-se no escalão que abrange os 36 a 49 anos de idade (9), estando 4 inquiridos no escalão seguinte (50-64 anos) e um no escalão mais baixo (24-35 anos). O grupo de não peritos (n=28) encontra-se igualmente dividido pela variável sexo e, também segundo a variável estado civil(14/14).

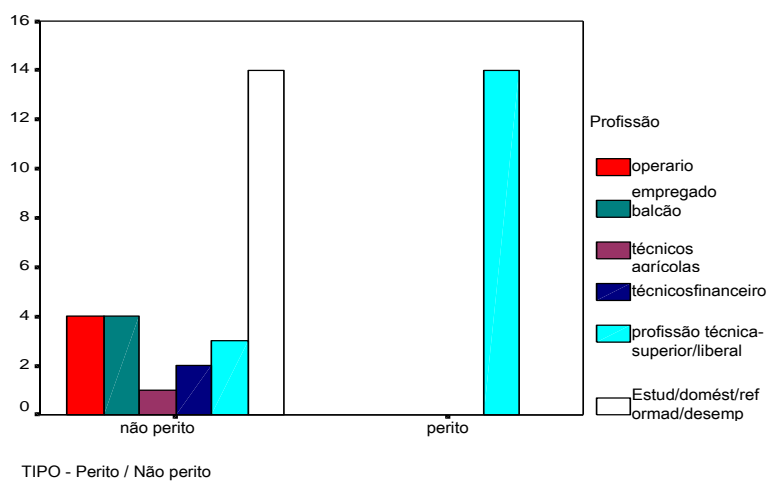
A escolaridade e a profissão são duas variáveis que permitem fazer a distinção entre as duas amostras em inquiridos com conhecimento mais especializado e em inquiridos com conhecimento genérico. Quanto à escolaridade todos os peritos têm o ensino superior. Para os não peritos tem-se sete indivíduos com o ensino básico (completo ou incompleto), oito com o ensino secundário (ou com a frequência do ensino secundário) e treze com o ensino superior ou a frequentar este grau de ensino (figura 1).

Figura 1- Escolaridade



Catorze dos inquiridos exercem profissão sendo que destes, 3 são trabalhadores-estudantes; a amostra inclui ainda 1 desempregado, 2 domésticas, 8 estudantes e 3 reformados. A totalidade dos peritos exerce profissão, sendo que destes 1 exerce uma actividade de investigação, 1 é gestor e os restantes 12 são professores universitários. A maioria é trabalhador por conta de outrem (Figura 2).

Figura 2 – Profissão



2. BIODIVERSIDADE E RIQUEZA DAS ESPÉCIES MARÍTIMAS

A biodiversidade marinha é considerada como um valor patrimonial dos mares e oceanos que é negativamente afectada pela actividade humana (Costanza, et al., 1998:13-14). Este valor, designado pelos autores como “serviços do ecossistema terrestre”, tem como causas da sua degradação tanto o despejo de resíduos e derrames nos oceanos, com as próprias alterações climáticas e a sobrepesca. Por sua vez, a não sustentabilidade desta acarreta como consequências a degradação e alteração dos habitat, redução da diversidade e alterações de temperatura. Estas consequências podem ser classificadas como problemas associados à perda de um valor patrimonial e de reserva de recursos, e à perda de um valor simbólico relativo à riqueza da diversidade das espécies planetárias, justificando a sua preservação. A resolução das consequências de uma das suas causas – sobrepesca – conduz a decisões importantes e delicadas no plano da prevenção dessa biodiversidade (uma vez que a pesca é uma actividade económica fundamental) que implicam a aplicação de um princípio de sustentabilidade na sua gestão (Hanna, 1998:258).

Quando se introduziu a questão da biodiversidade, inquiriu-se sobre a sua sustentabilidade considerando a possibilidade de limitação da pesca e o controle da legislação que a condiciona, bem como a outras actividades de exploração dos recursos marítimos. A análise fez-se a partir do conhecimento das implicações da relação entre o homem e a biodiversidade marinha, optando por um tratamento das crenças dos indivíduos no equilíbrio da biodiversidade marinha.

A análise das crenças está associada a um desdobramento de um modelo mais largo utilizado na sociologia ambiental que é a medida da crença no equilíbrio da natureza (Dunlap et al, 1992). Esta medida procura identificar a posição das opiniões num pólo que se designa por antropocêntrico, e que se baseia na liberdade total humana; ou num outro extremo que se designa por ecocêntrico baseada num paradigma que integra os valores ecológicos. Num caso a relação actividade humana e património natural nunca é negativa, enquanto que na segunda contempla a possibilidade de degradação ecológica.

Essas crenças, ainda que apresentando posições mais genéricas, envolvem pelo menos um conhecimento dos problemas ambientais que podem surgir da relação homem-natureza e, neste caso, consequente da sua relação com os mares e oceanos. Pode perguntar-se até que ponto as crenças medirão ou não os conhecimentos e acções que se

têm face aos mares e oceanos. Tem-se afirmado que é possível partir do pressuposto de que as crenças, ou mesmo visões do mundo são, dentro de um modelo teórico da orientação ecológica, relativamente vulneráveis no sentido em que podem ser o resultado de experiências políticas e sociais. Estas são susceptíveis de mudança a partir do confronto com novas informações e novas evidências empíricas sobre um fenómeno e assim, serem vulneráveis às dimensões de informação e conhecimento (Stern, et al, 1995: 727-728).

Primeira fase:

Numa primeira análise das questões que formam o grupo da crença na biodiversidade marítima encontrou-se, para todos os inquiridos do painel, uma relação interessante entre uma crença genérica e a questão da sustentabilidade da biodiversidade marinha. Utilizando o coeficiente de *Rho de Spearman* para as perguntas p2, p3, p4 e p5, verificou-se que existia uma relação entre a p4 ('a biodiversidade marinha é tão rica que faça o homem o que fizer não conseguirá destruí-la') e a p3 ('deve-se fazer cumprir a legislação que limita actividades marítimas, das quais a pesca, para conservar essa biodiversidade'). Aquele apresentava uma intensidade média-fraca e em sentido inverso (-,362), sendo estatisticamente significativa ($p < 0.05$). Quanto mais se discorda com a afirmação de que a biodiversidade nunca será destruída pelo homem, mais se concorda com a limitação das actividades marítimas.

O mesmo se passa com a p5 ('apesar da pesca afectar as espécies nalgumas áreas isso tem pouco efeito a nível global') que tem uma relação média e em sentido inverso (-0,430) com a mesma p3, significativa a menos de 1%. Quanto mais se discorda que a pesca têm pouco efeito ao nível global mais se concorda com a limitação das actividades marítimas. Destes resultados, pode concluir-se que uma consciência das consequências da actividade humana sobre o património ecológico dos oceanos, conduz a uma maior concordância com medidas que limitem a pesca, numa linha de promoção da sustentabilidade do equilíbrio de algumas riquezas dos mares e oceanos. Uma decisão possível parece ser a da limitação e controle dessas actividades nocivas.

Existe, aqui, uma relação entre protecção e controle da legislação mais do que uma limitação da pesca em geral. Este tipo de resposta tenderia a colocar as opiniões dos inquiridos próximo de uma estratégia institucional definida por Steve Rayner (1998)

como estratégia hierárquica. Segundo este autor, existem três tipos de medidas políticas de regulação dos comportamentos dos indivíduos, que se podem aplicar nas decisões para uma governação sustentável dos oceanos. Duas dessas, as mais correntes e convencionais, são as medidas económicas e as legislativas. Para o autor, ambas estão limitadas às capacidades de fiscalização e monitorização do Estado e a situações de impactes concentrados que resultam de contextos sociais não reguláveis por esta via (pp. 172-173). Uma terceira estratégia, actualmente em desenvolvimento, é a que se apoia nos mecanismos normativos de controle da sociedade civil, a partir das organizações da própria sociedade civil e dos mecanismos de participação (p.177).

As três estratégias promovem um pluralismo de acções que permite responder aos desafios ecológicos através da flexibilidade proporcionada pela possibilidade de se accionar uma estratégia isoladamente, ou várias em conjunto, em função do problema envolvido. Para Rayner, cada uma destas estratégias representa no fundo diferentes tipos de solidariedade social. A económica representa uma solidariedade contratual, a regulação identifica-se com uma solidariedade hierárquica e finalmente, a sociedade civil equivalerá a uma solidariedade igualitária. Estes tipos de solidariedade apoiam-se em diferentes mecanismos de resolução de problemas. Assim, como instrumentos políticos associados a cada uma temos para a primeira os incentivos, para a segunda a regulação e para a última a proibição (normatividade forte). O mecanismo de reforço da confiança para a primeira será o sucesso individual, para a segunda a justiça nos procedimentos e para a terceira, a participação. Finalmente, a responsabilidade intergeracional coloca no primeiro caso, o presente à frente do futuro, iguala o presente ao futuro no segundo caso e no terceiro, coloca o futuro à frente do presente (pp.: 182-183).

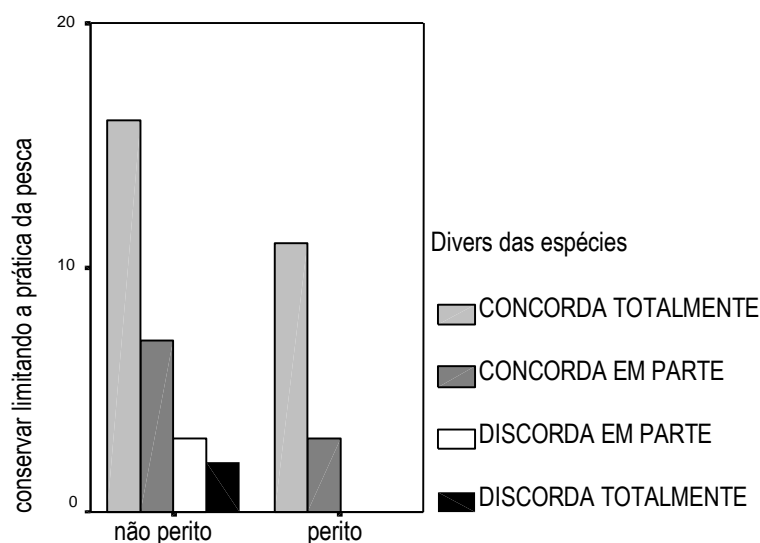
Tendo em conta os resultados obtidos, a questão da regulação é mais relevante que a questão da mera limitação da pesca, demonstrando uma preferência pela estratégia institucional hierárquica. Contudo, neste grupo de questões não se tratava de confrontar as preferências por cada uma das três estratégias, sendo que assim, só está representada uma preferência face as medidas que colocamos perante os indivíduos.

Ainda para a biodiversidade marinha, e para os não especialistas, verificou-se numa análise pergunta a pergunta que, quanto à questão que aponta para a limitação da pesca como forma de preservar a diversidade das espécies marinhas (p2) a grande maioria dos inquiridos (23) concorda total ou parcialmente, o mesmo acontecendo face à

afirmação segundo a qual as entidades públicas deveriam fazer cumprir a legislação que limita as actividades marítimas (p3). No entanto, os indivíduos com menor escolaridade (sem ensino superior) são quem mais afirma a discordância com questão p2 (4 contra 1). Nas duas perguntas seguintes (p4 e p5), e dado que as afirmações são colocadas em sentido inverso, constata-se, como seria de esperar, um predomínio da discordância³. Segundo estes primeiros resultados parece existir uma crença da perenidade do equilíbrio da biodiversidade marinha uma vez que surgem respostas que indicam um relativo “ecocentrismo”, apontando mesmo para a necessidade de uma limitação da prática da pesca. O mesmo vai acontecer com o grupo de peritos.

Para o caso dos especialistas, e para a pergunta que aponta para a limitação da pesca como forma de preservar a diversidade das espécies marinhas (p2) verifica-se que todos os inquiridos (14) concorda total ou parcialmente, o mesmo se verificando face à afirmação segundo a qual as entidades públicas deveriam fazer cumprir a legislação que limita as actividades marítimas (p3). Nas duas perguntas seguintes (p4 e p5) constata-se, como seria de esperar, um predomínio da discordância⁴ (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Frequência da p2 para peritos e não peritos

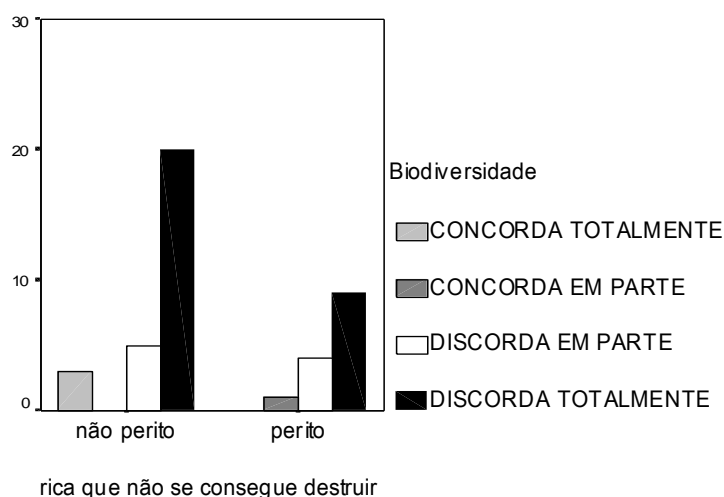


³ Vinte e cinco inquiridos estão em desacordo com a afirmação “a biodiversidade é tão rica que faça o Homem o que fizer não conseguirá destruí-la” e vinte discordam total ou parcialmente do facto de apesar da pesca afectar as espécies marinhas em algumas áreas, isso ter pouco efeito ao nível global.

⁴ Treze inquiridos estão em desacordo com a afirmação “a biodiversidade é tão rica que faça o Homem o que fizer não conseguirá destruí-la” e doze discordam total ou parcialmente do facto de apesar da pesca afectar as espécies marinhas em algumas áreas, isso ter pouco efeito ao nível global.

Dos resultados obtidos com o nosso painel verificou-se que, a grande maioria dos inquiridos não peritos afirma já ter pensado no problema dos oceanos (23 contra 5) pelo que o cruzamento desta questão com algumas das outras (nosso objectivo inicial para avaliar a importância do conhecimento) foi parcialmente posto em causa.

Figura 4 – Frequência da p4 para peritos e não peritos



Fazendo então, para o grupo de não peritos, um cruzamento entre a pergunta que “refere se já pensou alguma vez no problema dos oceanos” e o grau de escolaridade constata-se que aqueles que afirmam nunca ter pensado nos oceanos são na grande maioria, indivíduos com menor escolarização (4 dos 5 que se inserem neste grupo não têm o ensino superior). Assim, tem-se como referência que tanto o conhecimento dos problemas dos mares bem como a escolarização podem pesar na opinião face às medidas de resolução dos problemas que a ele estão associados.

Como seria de esperar, no caso dos peritos, também todos os inquiridos afirma já ter pensado no problema dos oceanos (14) pelo que o cruzamento desta questão com algumas das outras, também foi posto em causa, por não haver dispersão.

Todos os inquiridos, também afirmam serem muito importantes (24) e importantes (4) os mares e a costa portuguesa (p6). Este tipo de resposta parece reflectir um efeito de valorização que, eventualmente, não corresponde à realidade no sentido em que estava a ser questionada. Também os inquiridos da amostra de peritos indicam como

muito importantes (13) e importantes (1) os mares e a costa portuguesa (p6). Mantém-se o mesmo problema que se encontrou na análise das opiniões do grupo de não peritos.

No que diz respeito à relação entre o valor atribuído aos mares e costa portuguesa (medido pela questão p6) e as crenças (p2, p3, p4 e p5), verifica-se para a amostra de não peritos que somente, face à afirmação “a biodiversidade é tão rica que faça o homem o que fizer não conseguirá destruí-la” existe relação entre estas variáveis ⁵, sendo que este é um valor (ainda que apresentado pouca dispersão) que aparece assim, claramente associado à crença no equilíbrio dessa biodiversidade.

Para os peritos e em ao valor atribuído aos mares e costa portuguesa (medido pela questão p6) e a sua ligação com as crenças (p2, p3, p4 e p5), verifica-se que não é possível analisar a relação entre elas para o caso dos peritos porque quase todos (13) considerarem a questão muito importante.

Para uma comparação entre os dois grupos de inquiridos (peritos/não peritos) e tendo em conta as perguntas deste grupo, não se registou qualquer tipo de diferença estatisticamente significativas para as perguntas: P1 – “Já alguma vez tinha pensado nos problemas dos oceanos?”; P2 - “a diversidade marinha é tão importante que para a conservar se deve limitar a prática da pesca.”; P3 – “as entidades públicas devem fazer cumprir a legislação que limita as actividades marítimas (...) para conservar a biodiversidade das espécies.”; P4 – “a biodiversidade marinha é tão rica que faça o homem o que fizer não conseguirá destruí-la.”; P5 – “apesar de a pesca afectar as espécies animais marinhas em algumas áreas isso tem pouco efeito ao nível global.”; e, P6 – “Tem-se falado muito de mares, oceanos e da costa portuguesa. Em que medida os mares em geral e a costa portuguesa são para si importantes?”.

Concluindo, pode dizer-se que quase todos os inquiridos do painel já pensaram nos problemas dos mares e oceanos. Embora a formulação da pergunta possa conduzir a essa resposta positiva verificou-se que, aqueles que afirmam nunca ter pensado nesses problemas são também os que têm opiniões menos críticas face à questão da prática da pesca formulada pela pergunta p5, “apesar da pesca afectar as espécies marinhas em algumas áreas isso tem pouco efeito ao nível global”.

⁵ Utilizou-se o teste de Mann-Whitney que permite testar se, em termos médios, a valorização dada às questões p3, p4 e p5 diferem consoante os inquiridos pensam que os mares e a costa portuguesa são muito importantes ou só importantes.

Dos resultados obtidos, pode concluir-se que os inquiridos colocam as suas opiniões numa posição mais ecológica, quer face à biodiversidade marinha em geral, quer face ao seu confronto com a actividade pesqueira. Contudo existe uma ligeira hesitação em assumir essa posição, quer nos inquiridos menos escolarizados, quer no grupo de não peritos em geral. A medida de conhecimento sobre o problema parece ser relevante para a compreensão das posições assumidas. No confronto manutenção da biodiversidade e limitação das actividades humanas a preferência dos inquiridos vai, ainda nesta fase, para as medidas políticas de regulação associadas a uma estratégia hierárquica.

Segunda e terceira fase:

Esta posição parece alterar-se ligeiramente na segunda fase, embora esta análise de diferenças não seja estatisticamente significativa, segundo o resultado do teste para amostras emparelhadas. Contudo a distribuição de frequências altera-se o suficiente para que se faça aqui a descrição desses resultados:

- deixou de existir correlação entre as questões p4 (‘A biodiversidade marinha é tão rica que faça o Homem o que fizer não conseguirá destruí-la’) e a p3 (‘Deve-se fazer cumprir a legislação que limita actividades marítimas, das quais a pesca, para conservar essa biodiversidade’)
- deixou de se verificar correlação entre a mesma questão p3 e a p5 (‘Apesar da pesca afectar as espécies nalgumas áreas isso tem pouco efeito a nível global’).
- mantém-se a relação entre o valor atribuído aos ‘mares e costa portuguesa’ (questão p6) e a p4 (‘A biodiversidade marinha é tão rica que faça o Homem o que fizer não conseguirá destruí-la’)
- verifica-se a existência de relação entre a questão p6 e a p2 (‘A biodiversidade marinha é tão importante que para a conservar se deve limitar a prática da pesca’), relação que não existia anteriormente
- a questão p1, a qual na primeira fase se encontrava formulada como: ‘Já alguma vez tinha pensado nos problemas dos oceanos?’ foi reformulada, dando origem à pergunta: ‘Nos últimos 6 meses até que ponto pensou no problema dos oceanos?’

A primeira questão era dicotómica e na nova formulação a resposta era pedida numa escala de 1-muito a 4-nada. Com a questão assim colocada, apresenta-se em seguida a distribuição de frequências a que deu origem:



Para este grupo parece ter havido uma evolução no peso dos valores e da importância face às crenças sobre a biodiversidade. A desvalorização das correlações anteriormente verificadas, indica que cada uma das crenças parece ter-se autonomizado, aparecendo as respostas mais isoladas entre si. Se antes, uma crença fazia sentido anexada a outra (quer em sentido directo, quer inverso) desta vez isso não se verificou.

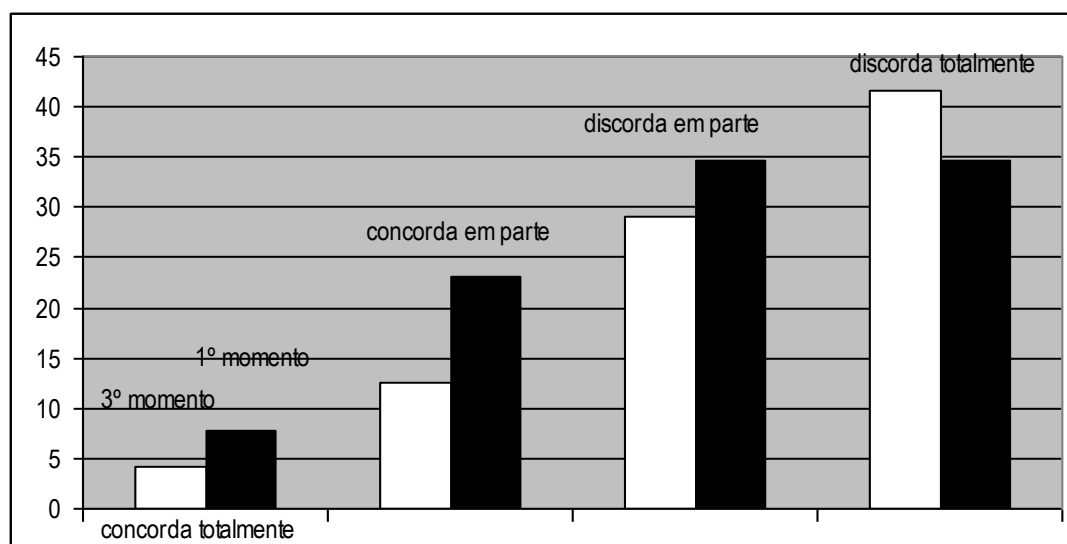
A dissociação entre as crenças opera-se com a p3 (legislação das pescas), talvez porque tenha aumentado a própria descrença nos instrumentos legais, ao longo desta segunda fase. Por sua vez, o aumento da relação entre a crença e o valor dos mares (nova associação entre p4 e p6) pode representar um aumento da sensibilidade face aos mares e oceanos, o que também poderá justificar um aumento de exigências no que diz respeito aos instrumentos para a sua protecção. Será interessante testar esta relação em outras investigações.

Por fim, reconhece-se que mesmo assim, apesar da exposição à Expo98, os inquiridos não passaram a pensar muito mais nos problemas dos mares e oceanos, uma vez que a maior frequência das respostas foi para o tem pensado pouco, ou algo. Mas de certa forma, isto também pode significar que havendo um aumento da consciência do valor dos mares e oceanos, também aumenta a necessidade de se sentirem mais preocupados com o assunto, relativizando mais a frequência da sua preocupação.

Uma diferença estatisticamente significativa, foi encontrada para a pergunta p5 e já na terceira fase. Quando se fez uma comparação entre o primeiro e o terceiro momento de inquirição, realizando-se análise testes estatísticos para amostras emparelhadas verificou-

se que existe diferença face à questão ‘Apesar da pesca afectar as espécies marinhas, isso tem pouco efeito ao nível global’ (p5) sendo a discordância absoluta menor na 1ª fase e a concordância ou discordância parcial superiores no 1º momento (Figura 5).

Figura 5: frequência da P5 para 1ª e 2ª fase



3. DIREITO, POLÍTICAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1 Direito e medidas políticas

A questão da regulação das actividades marítimas está claramente associada aos problemas dos mares e oceanos, uma vez que a sua protecção passa por uma intervenção legal e por medidas de fiscalização. Estar a par dos problemas dos mares e oceanos não obriga a que se esteja a par do funcionamento das medidas usuais para a sua protecção, uma vez que essa pode ser uma questão que transcende os indivíduos, ou a opinião face às mesmas medidas pode ser autónoma e independente do problema da degradação dos mares. Mas, estar a par destas e da sua actuação implica pelo menos uma atitude mais activa, no sentido da preocupação e conhecimento das formas de resolução de um problema do qual se afirma ter conhecimento, formas essas que devem ser integradas e institucionalmente adequadas à escala dos diferentes problemas (Costanza et al, 1998:18⁶).

⁶ O ajustamento de escala vem enunciado como um dos seis princípios da declaração de Lisboa para a Governança Sustentável dos Oceanos. Estes são: 1- Princípio da Responsabilidade; 2 – Princípio do Ajustamento de Escala; 3 –

Primeira fase:

Relativamente à questão do direito e dos problemas dos mares e oceanos analisa-se a sua actuação tendo em conta as várias ordens jurídicas e o papel da fiscalização como forma de reforço da confiança nesta medida. Assim, neste painel inquiríamos os indivíduos quer sobre a actuação do direito internacional (p7) e nacional (p8), quer sobre a actuação das medidas políticas em geral (p26, p27 e p31).

Dos resultados das respostas do grupo de não peritos, nem todos parecem confiar no direito português como meio eficaz de preservar a costa e os mares em geral. Mais de metade afirma que a actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa (p8) tem sido, ou negativa (10), ou nem negativa nem positiva (10), sendo que apenas 8 afirmam que essa actuação é positiva. Quanto ao facto do valor dos mares ser melhor protegido ao nível do direito internacional (p7), a maioria dos inquiridos afirma concordar totalmente ou em parte com esta ideia (27). O mesmo não se passa com os peritos onde a distribuição é mais homogénea. Metade afirma que a actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa (p8) tem sido, ou negativa (4), ou nem negativa nem positiva (6), sendo que 3 afirmam que essa actuação é positiva e um não responde. Quanto ao facto do valor dos mares ser melhor protegido ao nível do direito internacional (p7), a maioria dos inquiridos concorda com esta ideia, totalmente (3) ou em parte (11).

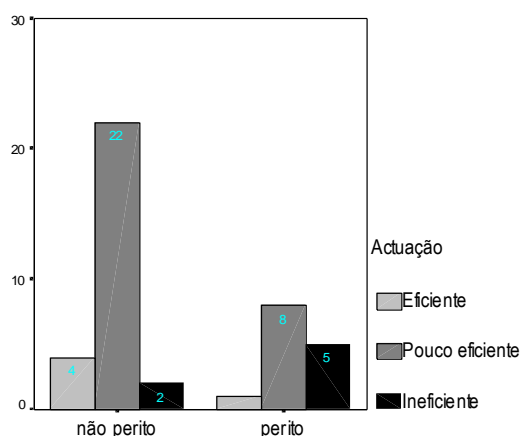
Este tipo de respostas pode indicar por um lado, que o nível de confiança no direito internacional é maior do que o que se têm para a ordem jurídica nacional, embora se saiba que a questão dos mares e oceanos se define ao nível dos problemas globais, sendo obviamente mais bem regulada ao nível da ordem jurídica internacional.

No entanto, mesmo tendo em conta a aparente diferença de respostas, fez-se um teste de Mann-Whitney à diferença de médias das respostas dos inquiridos verificando-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as duas sub-amostras, pelo que todos os inquiridos partilham a mesma opinião.

Face às questões 26 e 27, que pretendiam medir a forma como os inquiridos avaliam as políticas portuguesas de protecção dos mares, encontrou-se um grande

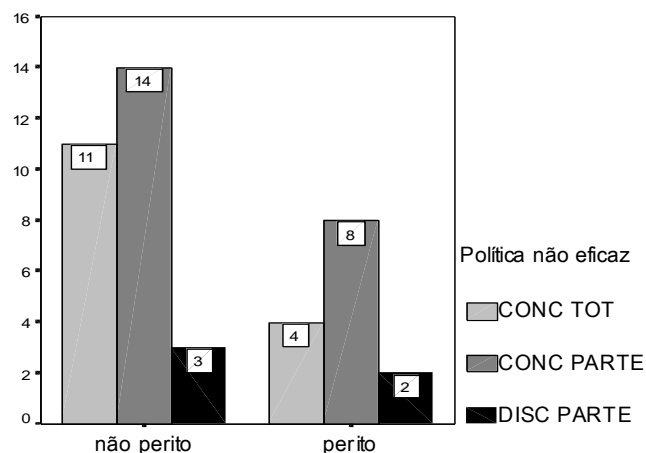
consenso das respostas. Assim, a maioria dos elementos do nosso painel de não peritos pensa que a actuação das políticas portuguesas nas acções de protecção dos mares é pouco eficiente (22 inquiridos num total de 28) e tende a concordar, total ou parcialmente, com a afirmação segundo a qual ‘a política de Ambiente em Portugal não é eficaz porque fala-se muito do Ambiente e do mar mas no fim o que conta são os interesses económicos’. Não é de estranhar que dois dos três elementos que discorda com esta última afirmação se encontre entre os quatro inquiridos que pensam ser eficiente a actuação das políticas portuguesas na protecção dos mares (Figura 6).

Figura 6 - Avaliação da actuação das políticas ambientais portuguesas



Face aos peritos, o consenso das respostas não é tão grande, embora as respostas tendam a apontar para a ineficiência dessas políticas. Quando se pergunta a opinião sobre a actuação das políticas portuguesas nas acções de protecções do mar (p26) 8 peritos respondem que esta é pouco eficiente, 5 que é mesmo ineficiente e 1 que é eficiente. Quanto à posição tomada face à afirmação que refere o peso dos interesses económicos na definição das políticas (p27) verificam-se 2 discordâncias, e 12 casos em que se concorda total ou parcialmente (Figura 7).

Figura 7-“As políticas portuguesas não são eficazes porque...”



Parece existir um consenso em relação a esta associação entre políticas e interesses económicos. Na verdade não se encontraram diferenças para as respostas a esta pergunta, entre as duas amostras do painel, sendo que em ambos os grupos a média tende para o ‘concorda em parte’. Esta ideia da penetração dos interesses da economia e do crescimento económico, na definição das políticas de protecção ambiental em geral, e em particular para este caso dos mares e oceanos é já considerada parte integrante do senso comum, ressaltando uma representação social de incompatibilidade entre política ambiental e política económica.

As análises das diferenças entre as respostas dadas nas duas amostras revelou-se, por seu turno, significativa a 5% para a $p26^7$, que questionava a eficiência da actuação das políticas portuguesas nas acções de protecções dos mares, sendo os peritos os que mais facilmente afirmam que estas são ineficientes.

Uma das explicações possíveis reside na percepção do tipo de problemas associados aos mares e oceanos e a medida de incerteza face à possibilidade de resolução desse problema. Teoricamente, quanto maior o conhecimento das formas de degradação do património marítimo e maior a incerteza face à capacidade de travar as causas dessa degradação, maior é a tendência para identificar a tomada de decisões como um processo controverso, conflituante e menos eficaz. Segundo Steve Rayner (1998:185-186), a redução da incerteza permite que a tomada de decisão se processe mais rapidamente e eficazmente, adoptando-se um conjunto de rotinas habituais que visam responder a problemas específicos, e de um modo mais consensual. Quando a incerteza aumenta,

⁷ Teste de Mann-Whitney

tende-se a encontrar um conjunto de decisões e políticas que não satisfazem um conjunto de representações sobre o modo de lidar com esses problemas. Assim, é provável que o conhecimento mais aprofundado que caracteriza o grupo de peritos conduza a uma percepção mais céptica da capacidade de respostas das políticas portuguesas nas acções de protecção dos mares.

Para compreender melhor este cepticismo em relação às políticas e ao direito em geral, fez-se um conjunto de análises que visavam encontrar algumas explicações para este tipo de resposta. Uma das explicações que se procurou explorar foi a dimensão de conhecimento sobre os problemas dos mares e oceanos e a sua influência na percepção da actuação do direito e das políticas de acção sobre os mares e oceanos.

Ao cruzar a anterior questão p1 (já pensou nos problemas dos mares e oceanos)⁸ com a pergunta que diz respeito à actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa e os mares em geral⁹, verifica-se que existe uma ligação entre elas. Ou seja, são os indivíduos que afirmam já ter pensado no problema dos oceanos que consideram a actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa negativa, enquanto todos os que afirmam que essa actuação é positiva também afirmam nunca ter pensado no problema dos oceanos.

A mesma tendência regista-se na opinião sobre a eficiência da actuação das políticas portuguesas nas acções de protecção dos mares; os inquiridos que consideram aquela actuação eficiente são, maioritariamente, aqueles que dizem nunca ter pensado no problema dos oceanos¹⁰.

Parece existir uma coincidência entre a distância (desconhecimento – p1) face aos problemas dos mares e oceanos e a clara percepção da eficácia da acção legal e política sobre esta matéria (p8 e p26).

Existe, de facto, um pequeno grupo de inquiridos do painel que parece encontrar-se afastado dessa dimensão mais activa, uma vez que, são os que não estavam a par dos problemas dos mares e oceanos que mais revelava uma distância em relação à actuação das medidas (e neste caso legais) para a sua protecção.

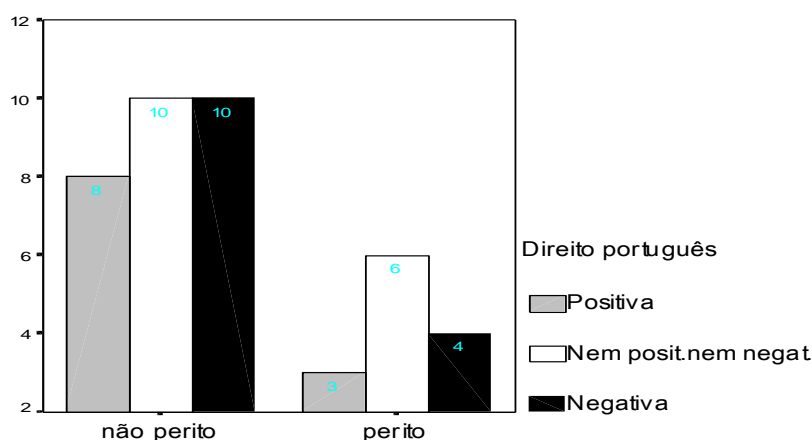
⁸ Embora, como se afirmou, esta pergunta não apresente grande dispersão, pensou-se ser aqui pertinente este tipo de análise

⁹ Suprimindo o ponto neutro (nem positiva/nem negativa)

¹⁰ Como seria de esperar estes indivíduos discordam com a afirmação segundo a qual a política de Ambiente não é eficaz (p27).

Como todos os peritos afirmam já ter pensado nos problemas dos mares e oceanos, achou-se pertinente analisar-se a dispersão das suas respostas face à pergunta que diz respeito à actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa e os mares em geral (p8). Assim, apesar de unanimidade face à referência aos oceanos verifica-se que os membros deste grupo não têm a mesma opinião face ao direito nacional. Assim, 4 peritos consideram-na negativa, 3 afirmam que essa actuação é positiva, 6 pensam que não é negativa nem positiva e 1 não responde (Figura 8).

Figura 8 – Frequência da p8 para peritos e não peritos



Enquanto que para os não peritos o facto de já terem pensado nos oceanos pesava nesta análise, neste caso a opinião que os peritos têm sobre a actuação do direito português terá que variar em função de outras questões. Uma vez que a variável conhecimento dos problemas dos mares e oceanos, não pode ser utilizada, pensou-se numa questão de atitude face aos mares e oceanos. Destas a única variável que apresenta dispersão suficiente para se tentar estabelecer uma relação estatística é a variável que identifica a opinião face à actuação das políticas portuguesas nas acções de protecção dos mares (p26).

O facto de as opiniões destes inquiridos do painel variar na questão relativa à actuação do direito português (p8) pode significar que, existe apenas uma variação na tomada de posição face à intervenção legal, por relação à preferência por outro tipo de medidas de protecção dos mares e oceanos. Esta situação ocorreu, por exemplo, para o

caso do grupo de peritos, que tem à partida um maior conhecimento desta temática. Para verificar esta hipótese fez-se, para os peritos, uma análise da relação entre esta variável (p8 – actuação do direito português) e um conjunto de questões que apontavam para outras formas de concretizar a protecção dos mares e oceanos. Nestas incluía-se, por exemplo, o investimento na investigação científica e as políticas de cooperação inter-ministerial.

Utilizando, uma vez mais o coeficiente *Rho de Spearman* para medir a intensidade e o sentido da relação entre as variáveis verificou-se que: existe uma relação em sentido inverso entre a P8 e a p48 (-0.426) (a lavagem de tanques em alto mar devia ser punida mais severamente), embora esta relação tenha uma intensidade fraca. Ou seja, ao considerar-se a actuação do direito como sendo já positiva, discorda-se com a ideia do reforço da punição.

Por outro lado, verifica-se uma relação média e em sentido directo (0,402) entre a p8 e, o desenvolvimento de políticas de cooperação inter-ministerial (p51) e da investigação científica sobre mares e oceanos (p59). Quando se considera a actuação do direito português positiva também se concorda que se deve apostar mais numa política de cooperação inter-ministerial e na investigação científica.

Uma das medidas que melhor se relacionou com as respostas à p8 remete para a questão da fiscalização e controle das acções de exploração individual (p57 – “A aplicação de um princípio como o de uso pacífico dos oceanos passa pelo controle dos riscos de exploração individual dos oceanos enquanto bem colectivo”). Encontrou-se uma relação directa, média (0,567) e estatisticamente significativa ($p < 0.05$). Se a actuação do direito português é positiva, então também se concorda com uma acção de controle da exploração individual dos oceanos.

Esta parece ser uma posição mais próxima do modelo igualitário, e claramente afastada da estratégia da solidariedade de mercado, baseada nas prioridades individuais. Neste caso, a proposta é a de se estenderem as rotinas de actuação para outras formas de acção eventualmente mais complexas, mas mais centradas nas causas directas dos problemas, apostando também quer na aplicação do princípio de ajustamento de escala, quer no princípio da responsabilidade.

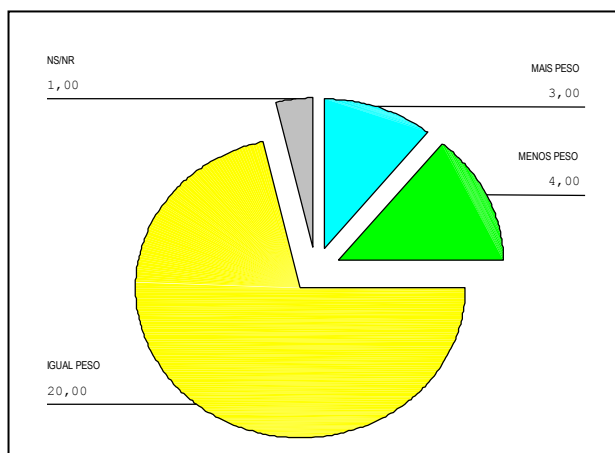
Esta possibilidade de investimento nouro tipo de políticas pode estar associada, quer a uma maior aceitação da actuação do direito português desde que acompanhado de

acções complementares; quer a um efectivo e maior investimento noutras áreas. De qualquer modo este raciocínio parece surgir no seguimento do reconhecimento da ineficácia da actuação das políticas de protecção que recorrem apenas ao direito como meio de controle das acções nocivas e que contribuem para a degradação dos mares e oceanos (nomeadamente às suas acções punitivas).

Numa análise das respostas dadas pelos peritos à pergunta aberta que questiona se o direito do mar pode ser aplicável encontrou-se um total de 5 não respostas. Das restantes 9 respostas identificaram-se várias posições sobre o modo de o tornar mais efectivo na sua aplicação. Estes inquiridos propõem muitas vezes mais do que uma solução, pelo que o total de opiniões ultrapassa as nove. Encontram-se 3 tipos de respostas que afirmam ser necessário aplicar sanções para o incumprimento do direito, 4 que apostam na vigilância e fiscalização das acções mais negativas sobre os mares e oceanos, 2 que propõem ou melhor legislação ou legislação menos abstracta e cinco que mencionam medidas complementares à aplicação do direito tais como mobilização de movimentos e organismos internacionais, melhor estratégia no plano inter-governamental, criação de incentivos e aposta na educação e, finalmente criação de sistemas de certificação ambiental da pesca.

Analizando as posições face a algumas medidas políticas (p25 e p31) verifica-se que a maioria dos inquiridos não peritos afirma ainda que nas políticas de defesa ambiental (p25), o combate à poluição do mar e em relação à do ar deveria ter igual peso, 3 acham que deveria ter menos peso e os restantes 4 que deveria ter mais peso (figura 9).

Figura 9 – “O combate à poluição do mar, em relação à poluição do ar deve ter...”



Nos não peritos, a maioria também afirma que nas políticas de defesa ambiental, o combate à poluição do mar e em relação à do ar deveria ter igual peso, sendo equilibrado o número daqueles que dariam mais peso ao mar face aos que valorizariam mais o ar.

A questão 31 (a, b e c) que apontava três tipos de medidas para resolver o problema do avanço do mar sobre o litoral, levou os inquiridos não peritos a concordar, na sua grande maioria com as duas primeiras, a saber, a construção de obras de defesa costeira (como esporões, por exemplo) e a retirada de algumas povoações que possam estar em risco. No entanto, os poucos indivíduos que discordam com uma das medidas não são os mesmos que discordam com a outra solução (Quadro 1).

Quadro 1 - Cruzamento da questão p31a com p31b

P31A Construção de obras de defesa costeira, como construção de esporões na praia para defesa das comunidades
 * P31B Retirada de algumas povoações que possam estar em risco

| Count | | P31B Retirada de algumas povoações que possam estar em risco | | |
|---|----------|--|----------|-------|
| | | CONCORDA | DISCORDA | Total |
| P31A Construção de obras de defesa costeira, como construção de esporões na praia para defesa das comunidades | CONCORDA | 17 | 2 | 19 |
| | DISCORDA | 6 | | 6 |
| Total | | 23 | 2 | 25 |

Quanto à última medida apontada - a permissão de construção no litoral sob risco dos proprietários - conta com um grande número de discordâncias (21 em 25 respostas válidas). Do cruzamento da p31a com a p31c e do cruzamento da p31 b com a p31c pode-se verificar que a medida menos popular é exactamente a p31c que permite a construção sob o risco dos proprietários (Quadros 2 e 3).

[illegible][illegible]

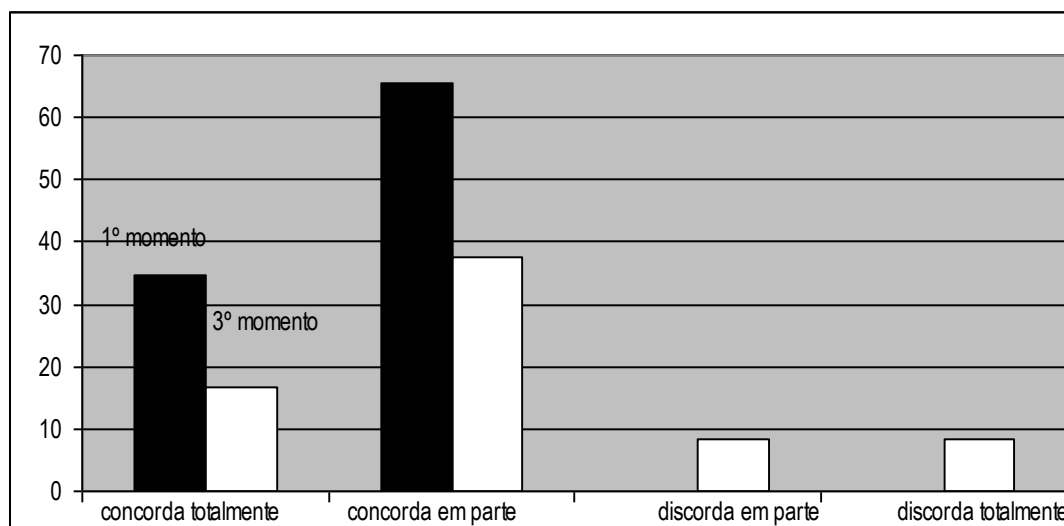
De facto, é exactamente em relação à segunda medida (retirada das povoações) que as duas amostras (peritos e não peritos) parecem coincidir. Depois de se realizar um teste de Mann-Whitney à diferença de médias verificou-se que havia uma diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) para as medidas dadas pela p31a (construção de obras de defesa costeira) e pela p31c (construção sob o risco dos proprietários). Nestes casos são uma vez mais os peritos que mais facilmente em média discordam com estas medidas, as quais conduzem a novas consequências negativas sobre a sustentabilidade do litoral.

Segunda e terceira fase:

Embora não seja estatisticamente significativa, em termos do padrão da frequência das respostas, na segunda fase, deixa de existir uma relação entre a questão que diz respeito à actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa e os mares em geral (p8) e a questão que identifica a eficácia das políticas portuguesas nas acções de protecção dos mares (p26).

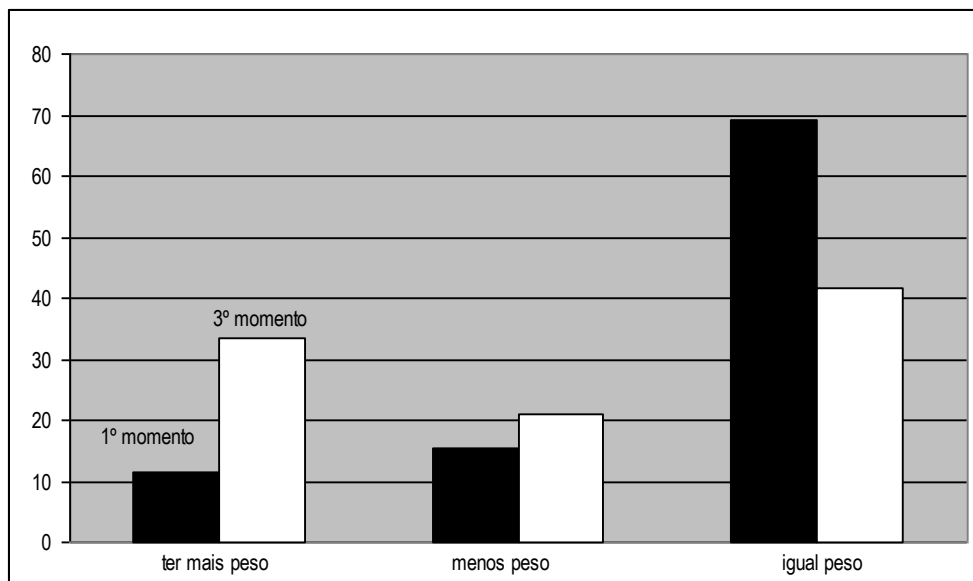
A pergunta significativamente diferente, e já na terceira fase de inquirição, não diz respeito ao direito nacional, mas antes à actuação do direito internacional, mantendo-se a resposta idêntica na fase imediatamente seguinte à realização da Expo98. Assim, existe diferença significativa face à questão 7, segundo a qual ‘o valor dos mares será melhor protegido ao nível do direito internacional’, pois a discordância com a afirmação só aparece no terceiro momento (Figura 10).

Figura 10: Frequência da p7 para a 1ª e 2ª fase



Neste 3º momento, extremam-se as posições face ao peso atribuído ao combate à poluição do mar face à do ar, nas políticas de defesa ambiental (P25). Assim, são agora em maior número os que pensam que esta deve ter maior peso e os que afirmam dever ter menos peso, mas decresce a percentagem dos que acreditam que deve ter um peso igual.

Figura 11: Frequência da p25 para a 1ª e 2ª fase



3.2 Ordenamento do território

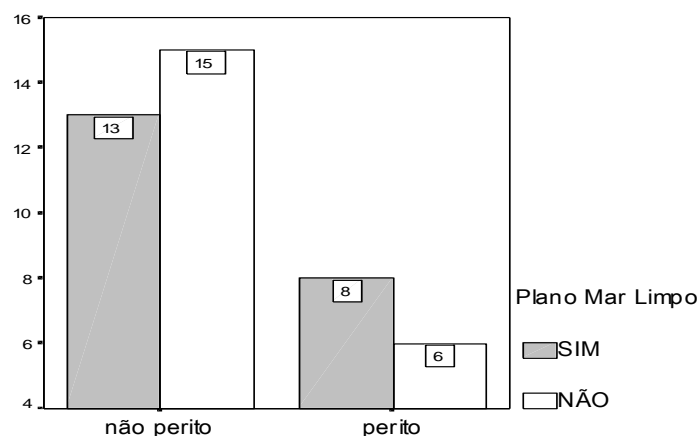
Primeira fase:

Quando se passa para o nível dos planos de protecção dos mares e da costa, que existem concretamente ao nível nacional, poucos são os que afirmam ter conhecimento dos seus objectivos. Da totalidade dos inquiridos não peritos, mais de metade (17) afirma desconhecer os objectivos dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (p9a) e 15 desconhecem os objectivos do Plano Mar Limpo (p10a). Contudo, ainda que desconhecendo os seus objectivos, não deixam de os considerar importantes ou muito importantes. Apenas 1 dos inquiridos afirma ser pouco importante o objectivo dos POOCs (p9b), sendo que para os restantes esse objectivo é de facto importante. No caso do plano Mar Limpo (p10b), todos afirmam que o seu objectivo é importante

Quando se passa para o nível dos planos de protecção dos mares e da costa, que existem concretamente ao nível nacional, e ao contrário do grupo de não peritos, todos os peritos indicam ter conhecimento dos seus objectivos. A totalidade dos inquiridos, (14) afirma conhecer os objectivos dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) (p9a), embora apenas 8 refiram o mesmo conhecimento quanto aos objectivos do Plano Mar Limpo (p10a). Todos os seus objectivos, são considerados importantes ou muito importantes. Apenas 1 dos inquiridos afirma não saber responder à questão referente à

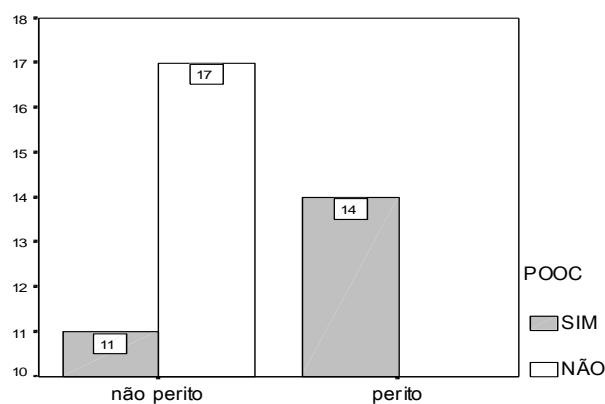
importância do plano Mar Limpo (p10b), sendo que para os restantes esse objectivo é de facto importante(Figura 12).

Figura 12 – frequência da p9a para peritos e não peritos



Neste grupo de perguntas, e para o caso dos POOC encontram-se diferenças nas respostas dos dois grupos para a pergunta p9a, para a qual fez-se um teste do Qui-quadrado verificando-se que as duas amostras eram independentes, havendo de facto um maior desconhecimento dos POOC para os não especialistas (Figura 13).

Figura 13 – frequência da p10a para peritos e não peritos



Voltando à questão da confiança na actuação das medidas nacionais, as respostas voltam a ser pouco optimistas, como acontecia para o caso da actuação do direito nacional. Na questão relativa à possibilidade de concretização dos POOC (p9c), três quartos (21) afirmam que este objectivo apenas será concretizado parcialmente, dois

afirmam mesmo que este não será concretizado e cinco não respondem. Quanto à concretização do plano Mar Limpo (p10c), já três dos inquiridos afirmam que este objectivo será concretizado na totalidade e outros três afirmam que esse não será concretizado; novamente cinco não respondem e os restantes (17) pensam que será concretizado mas apenas parcialmente.

Para o caso da amostra de peritos na questão relativa à possibilidade de concretização dos POOC (p9c), quase todos os inquiridos (13) afirmam que este objectivo apenas será concretizado parcialmente, enquanto somente 1 acredita que este não será concretizado. Quanto à concretização do plano Mar Limpo (p10c), 10 dos inquiridos afirmam que este objectivo será concretizado parcialmente e 4 não respondem.

Para os não peritos, e em relação aos POOC, 4 dos que afirmam não saber se o objectivo será concretizado, também afirmam desconhecer os objectivos dos POOCs; para o Plano Mar Limpo apenas 3 dos que não respondem/não sabem também afirma desconhecer os objectivos do plano Mar Limpo. Para os peritos, no primeiro caso, o indivíduo que afirma que o objectivo não será concretizado, considera esse objectivo muito importante e também afirma conhecer os objectivos dos POOCs; enquanto que no segundo caso os 4 inquiridos que não respondem/não sabem afirmam desconhecer os objectivos do plano Mar Limpo apesar de considerarem os seus objectivos importantes ou muito importantes.

De facto a crença na concretização total de ambos os planos é bastante baixa, revelando a existência de um cepticismo na concretização de planos associados a protecção ambiental de mares e costas. Procurou-se, em seguida, identificar se a relação entre o cepticismo relativo à concretização dos planos estava relacionada com as posições face à actuação do direito português como meio de preservar a costa portuguesa e os mares em geral, ou se associada à importância atribuída ao objectivo dos planos em si.

Com este objectivo, e primeiro para o grupo de não peritos, cruzaram-se as questões p9b (importância) e p9c (concretização) entre si, e p10b (importância) e p10c (concretização), verificando-se que em nenhum dos casos existia relação entre as variáveis e portanto o valor atribuído a um plano como este não vem afectar a expectativa de concretização total do mesmo, estando a forma dessa expectativa relacionada com outros factores. Em seguida, tentaram relacionar-se as questões p9c e p10c com a p8 (actuação do direito português). Constatou-se neste caso que todos os indivíduos que

pensam que o objectivo dos POOC de garantir a protecção da costa e o ordenamento das zonas ribeirinhas não será concretizado fazem parte daqueles que consideram negativa a actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa e o meio em geral (Quadro 4). Um dos factores de cepticismo é, de facto, a percepção que se tem da eficácia do direito português.

Quadro 4 - Cruzamento entre a questão p8 e a p9c

| Resposta à pergunta p8 | | Resposta à pergunta p9c | |
|------------------------|-----|-------------------------|-----|
| Sim | Não | Sim | Não |
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 |
| 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | 31 | 32 |
| 33 | 34 | 35 | 36 |
| 37 | 38 | 39 | 40 |
| 41 | 42 | 43 | 44 |
| 45 | 46 | 47 | 48 |
| 49 | 50 | 51 | 52 |
| 53 | 54 | 55 | 56 |
| 57 | 58 | 59 | 60 |
| 61 | 62 | 63 | 64 |
| 65 | 66 | 67 | 68 |
| 69 | 70 | 71 | 72 |
| 73 | 74 | 75 | 76 |
| 77 | 78 | 79 | 80 |
| 81 | 82 | 83 | 84 |
| 85 | 86 | 87 | 88 |
| 89 | 90 | 91 | 92 |
| 93 | 94 | 95 | 96 |
| 97 | 98 | 99 | 100 |

Vai também no mesmo sentido a relação da pergunta p8 com a p10c, ou seja, todos os indivíduos que pensam não ser concretizável o objectivo do plano mar limpo de defesa contra as fontes de poluição marítima encaram como negativa a actuação do direito português na preservação da nossa costa e do meio em geral (Quadro 5).

Quadro 5 - Cruzamento entre a questão p8 e a p10c

| Resposta à pergunta p8 | | Resposta à pergunta p10c | |
|------------------------|-----|--------------------------|-----|
| Sim | Não | Sim | Não |
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5 | 6 | 7 | 8 |
| 9 | 10 | 11 | 12 |
| 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 |
| 25 | 26 | 27 | 28 |
| 29 | 30 | 31 | 32 |
| 33 | 34 | 35 | 36 |
| 37 | 38 | 39 | 40 |
| 41 | 42 | 43 | 44 |
| 45 | 46 | 47 | 48 |
| 49 | 50 | 51 | 52 |
| 53 | 54 | 55 | 56 |
| 57 | 58 | 59 | 60 |
| 61 | 62 | 63 | 64 |
| 65 | 66 | 67 | 68 |
| 69 | 70 | 71 | 72 |
| 73 | 74 | 75 | 76 |
| 77 | 78 | 79 | 80 |
| 81 | 82 | 83 | 84 |
| 85 | 86 | 87 | 88 |
| 89 | 90 | 91 | 92 |
| 93 | 94 | 95 | 96 |
| 97 | 98 | 99 | 100 |

Fez-se o mesmo cruzamento para a outra amostra do painel verificando-se, como acontecia com os não peritos, que em nenhum dos casos existia relação entre as variáveis p9b/p9c e p10/p10c. Neste caso, a medida de importância atribuída aos planos, não está relacionada com o cepticismo face à sua concretização. Em seguida, relacionaram-se as questões p9c e p10c com a p8. Constatou-se neste caso que apenas um inquirido pensa que o objectivo dos POOC de garantir a protecção da costa e o ordenamento das zonas ribeirinhas não será concretizado; aquele indivíduo, por outro lado, faz parte daqueles que consideram nem positiva/nem negativa a actuação do direito português como meio de preservar a nossa costa e o meio em geral. A relação da pergunta p8 com a p10c, já não vai no mesmo sentido uma vez que se pensa sempre que este plano não será concretizável.

Como não se verificaram diferenças estatisticamente significativas¹¹ entre as duas amostras no que concerne à concretização de ambos os planos, o cepticismo generaliza-se a todo o painel. Desta forma decidiu-se verificar qual era a relação entre a p8 (actuação do direito português) e a concretização destes planos para toda a amostra do painel, para assim se perceber melhor como é que as posições face à actuação do direito português afectavam as outras posições. Utilizando o coeficiente de *Rho de Spearman* verificou-se que existe uma relação média e em sentido directo, estatisticamente significativa, entre a p8 e a posição face à concretização do plano Mar Limpo, ou seja quanto mais negativa se considera a actuação do direito português, mais se pensa que os objectivos do Plano Mar Limpo não serão concretizáveis.

Concluindo verifica-se que existe um consenso face ao facto dos ares e oceanos serem mais bem protegidos pelo direito internacional, por oposição a um cepticismo relativo à actuação do direito português. O mesmo cepticismo reflecte-se na eficácia da actuação das políticas portuguesas de protecção dos mares. Nesta questão da ineficiência das políticas não se encontraram hesitações em culpabilizar para esse efeito, em parte a valorização dos interesses económicos.

É verdade que quase todos os inquiridos afirmam já ter pensado nos problemas dos oceanos mas embora a própria formulação da pergunta possa ter conduzido a esta resposta verifica-se que aqueles que não pensaram, têm uma opinião menos crítica quanto à eficácia das medidas políticas. São esses quem, também revela uma atitude mais

¹¹ Realizou-se um teste do Qui-quadrado para a p9c e p10c e não se verificaram diferenças entre as duas amostras.

positiva face à actuação do direito português. Verificou-se então, uma certa ligação entre o conhecimento dos problemas dos mares e oceanos e a percepção da acção legal e política nesta matéria.

Da parte dos peritos, encontrou-se uma preferência pelo investimento em outro tipo de políticas complementares, tais como a mobilização de movimentos e organizações internacionais, incentivos e educação, investigação científica e melhor estratégia no plano inter-governamental.

Ao nível dos planos de intervenção no litoral e de combate à poluição, todos os inquiridos afirmaram conhecer os POOC e quase todos o Plano Mar Limpo. Embora todo o painel concorde que os seus objectivos são importantes, revela-se céptico quanto à possibilidade da sua total concretização.

Segunda e terceira fase:

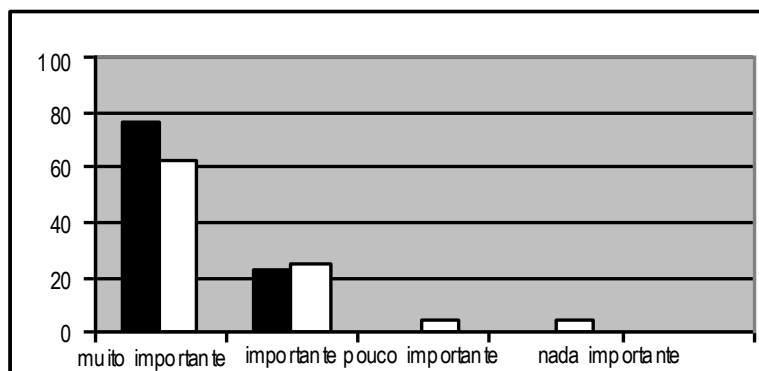
Compararam-se, então, as respostas dadas às perguntas dos dois guiões de inquérito para identificar a evolução das opiniões dos inquiridos. Relembra-se que no capítulo anterior compararam-se os resultados das relações existentes entre as variáveis e para cada momento mas não as respostas pergunta a pergunta e onde se havia verificado que, ainda durante a segunda fase, passou a existir relação entre as questões p8 (direito nacional) e p9c ('Expectativas de concretização dos POOCs), e manteve-se a correlação já existente na 1ª fase entre a p8 e a p10 ('Expectativa de concretização do Plano Mar Limpo). Embora estas diferenças não fossem estatisticamente significativas, para os resultados comparativos, e estes já significativos, constata-se que:

- existe diferença na respostas dadas à questão p9a (conhecimento dos POOC), sendo que na segunda fase existem mais respostas afirmativas quanto ao conhecimento dos mesmos.
- verifica-se igualmente, uma diferença quanto à expectativa de concretização dos POOC (p9c), onde, neste caso, essa expectativa aumenta.

Já para a terceira fase, esta diferença volta a deixar de existir face ao primeiro momento e por sua vez, verifica-se uma diferença nas respostas à questão 10b: 'o plano mar limpo tem por objectivo a defesa contra as fontes de poluição marítima'. A atribuição

de pouca ou nenhuma importância a este objectivo surge só no 3º momento de inquirição (Figura14).

Figura 14 – Frequência da p10b para a 1ª e 2ª fase



Neste grupo, pode-se concluir que deixam de existir relações entre o direito nacional e a eficácia das políticas nacionais, mas também regista-se uma autonomização de ambas as medidas. O direito português ganha um valor próprio, e é por isso mesmo que, desta feita, já passa a estar relacionado com o direito internacional e com uma regulamentação concreta – a dos POOC. Mais uma vez, aqui, o que se salienta é um maior peso da importância e valor das medidas, o que representa um maior refinamento da sensibilidade a estas questões.

A primeira análise desta comparação directa, onde apenas se representam as diferenças estatisticamente significativas, conclui-se que face ao grupo do ordenamento do território, regista-se um aumento do conhecimento e das expectativas de concretização dos planos apresentados. Talvez a realização positiva da Expo98, tenha aumentado a confiança na concretização de planos e objectivos nesta área.

4. REPRESENTAÇÕES DOS MARES E OCEANOS

Neste capítulo procura-se identificar como se organizam diferentes imagens ou visões genéricas dos mares e oceanos que proporcione um quadro das dimensões das representações dos inquiridos. Assim, tem-se um conjunto de nove questões que pretendem representar quatro dimensões de representações. Uma que incidisse obre a relação terra e mar, explorada numa linha que reforça a ideia de continuidade geográfica,

versus uma ideia de separação, outra que ilustrasse as utilidades directas dos mares e outras duas que os associassem à produção de sentimentos (negativos, ou positivos) caracterizando, no fundo, uma dimensão emocional.

A consciência da necessidade de preservação do equilíbrio de zonas costeiras, e da limitação da disponibilidade dos recursos marinhos salienta a noção de transição entre território terrestre e marítimo, que pode ser analisada com a introdução de conceitos como o de continuidade e o de espaço. A noção de continuidade, ou o prolongamento da definição do espaço físico dos elementos terrestres aos elementos marítimos, é uma concepção recente que desafia, na abordagem política e científica, a tradicional concepção dicotomizada de território. Mas será que esta ideia de continuidade é estranha aos inquiridos do painel?

Primeira fase:

Para avaliar até que ponto a visão entre o mar e a terra se apresentava de uma forma dicotomizada, ou se pelo contrário, aparece com uma imagem de interdependência e continuidade entre estes dois espaços pedia-se aos inquiridos para escolher uma de duas opções para duas perguntas que ilustravam essas posições. Assim, para o caso da pergunta (p11) em que se pedia para se fazer uma escolha entre a afirmação que refere o mar e a terra como dois espaços separados e diferentes e a que refere o mar e a terra como um espaço contínuo, verificou-se que a maioria de escolhas recaía na ideia de continuidade (26 em 28). Esta ideia repete-se na questão p12 em que a formulação opunha os mares e oceanos como impedimento de comunicação e os mares e oceanos como meio de ligação dos territórios (24 em 28). Para os peritos, e na pergunta (p11), verificou-se que a escolha também recaía na ideia de continuidade (todos os inquiridos optaram por esta afirmação). Esta ideia repete-se na questão p12, em que a maioria opta pela ideia de comunicação e ligação (11 em 14). (Quadro 6).

Quadro 6 – Frequência de respostas da p11 e p12

| | Mar e terra espaços separados | Mares e oceanos impedem comunicação e separam territórios | Mar e terra espaço contínuo | Mares e oceanos meio de ligação de territórios |
|-------------|--|--|--|---|
| PERITOS | 2 | 4 | 26 | 24 |
| NÃO PERITOS | 0 | 3 | 14 | 11 |
| TOTAL | 2 | 7 | 40 | 35 |

As restantes questões procuram dar conta de algumas visões genéricas que estão normalmente relacionadas com o mar. Procurou-se definir as dimensões que se podem considerar mais usuais ao nível do senso comum, traduzindo-as de seguida por alguns indicadores representados pelas frases das questões p13 a p19. A primeira dimensão considerada foi a que traduz uma representação do mar enquanto bem de utilidade concreta, e que, é definida por uma utilidade social, dada pela p13 (mar como via de comunicação e transporte), por uma utilidade individual associada ao recreio, que se expressa na p14 (mar é mergulhos e banhos na praia) e por uma utilidade económica que surge na p15 (A protecção dos mares vai ser feita pelo turismo).

Para a segunda e terceira dimensão tomou-se como referência, a estrutura das representações que estão normalmente associadas à evocação de sentimentos e emoções variados, e que assim, conferem simbolicamente visões positivas, ou negativas dos mares e oceanos. Assim, temos uma dimensão emocional positiva, traduzida pela ideia de conforto e tranquilidade que surge na p16, e uma dimensão emocional negativa, associada às ideias de perigo e sofrimento expressas na p17 (o mar evoca sofrimento e recordações tristes...), p18 (o mar lembra perigo e agressividade) e, finalmente, na p19 (quando se fala em mar pensa-se logo em poluição e sujidade). Esta última remete também para a degradação desse mar, mas associa-se a um sentimento negativo de repulsa.

No que respeita, então, a cada uma das imagens tratadas isoladamente mais de metade dos inquiridos não especialistas (18) concorda totalmente ou em parte com a afirmação que refere o mar como sendo essencialmente uma via de comunicação e de transporte (p13), embora 10 discordem com a mesma. No entanto, a maioria discorda que o mar seja mergulhos e banhos na praia (p14), enquanto nove concordam na totalidade com esta visão lúdica do mar. No que respeita ao outro grupo, e contrariamente ao que

acontece com os não especialistas, mais de metade dos inquiridos (11) discorda totalmente ou em parte com a afirmação que refere o mar como sendo essencialmente uma via de comunicação e de transporte (p13), e só 3 concordam em parte com a mesma. A maioria também discorda com a questão 14.

Quando daí se passa para a ideia de uso do mar como recreio e turismo (p15) verifica-se, para a amostra de não peritos, uma divisão das opiniões: 15 afirmam concordar totalmente ou em parte e 13 discordar. Mais facilmente a maioria concorda com a ideia de que o mar representa descanso, conforto e tranquilidade (p16), sendo que apenas 1 inquirido refere discordar em parte com a afirmação. Analisando as imagens opostas em que o mar representa sofrimento (p17) ou perigo (p18) verifica-se que no primeiro caso 19 dos inquiridos concorda com a afirmação “o mar evoca sofrimento e recordações tristes das pessoas que partiram”, enquanto 21 concordam totalmente ou em parte com a afirmação “o mar lembra perigo, agressividade e dificuldades”.

No caso dos peritos, quando se passa para a ideia de uso do mar como recreio e turismo (p15) verifica-se que 11 afirmam discordar totalmente ou em parte e 3 concordam parcialmente. A maioria (11) concorda, como com os não peritos, com a ideia de que o mar representa descanso, conforto e tranquilidade (p16), sendo que apenas 3 inquiridos referem discordar totalmente ou em parte com a afirmação. Analisando as imagens do mar, enquanto sofrimento ou perigo verifica-se que no primeiro caso apenas 6 dos inquiridos concorda com a afirmação “o mar evoca sofrimento e recordações tristes das pessoas que partiram” (p17). Já 8 concordam totalmente ou em parte com a afirmação “o mar lembra perigo, agressividade e dificuldades” (p18). Finalmente, para a p19 (o mar lembra poluição e sujidade) verifica-se que 10 uma discordam com a afirmação, o mesmo acontecendo com os não peritos em que 21 dos inquiridos discorda com a afirmação.

Relativamente às imagens do mar, que reúnem maior consenso encontra-se apenas uma concordância para a amostra de peritos: a questão p16 que representa o mar enquanto descanso e tranquilidade. Estas aumentam para os não peritos, onde se inclui a questão p16 (descanso e tranquilidade), mas também a p13 (o mar é essencialmente uma via de comunicação e transporte), a p17 (o mar evoca sofrimento e tristeza pelas pessoas que partiram) e a p18 (perigo e dificuldades). Talvez no último caso haja uma visão consensualmente mais dinâmica, onde surge algumas questões que se ligam quer à visão

utilitária, quer à visão mais emotiva, recriando uma visão de senso comum em que o mar é um pouco de tudo.

A partir desta análise, mais descritiva, procurou identificar-se quais eram as questões que apresentavam diferenças relevantes, entre as amostras (peritos e não peritos), para que deste modo se percebesse até que ponto as associações são semelhantes ou não. Uma vez que, à primeira vista, existe uma diferença por grupo, nas perguntas que reúnem um maior consenso na resposta dos não peritos (p13, p17 e p18), seria de esperar que se encontrassem diferenças estatisticamente significativas para as mesmas.

Assim, aplicou-se o teste de Mann-Whitney verificando-se que, existe uma diferença nas questões p13, e também na p16, mas não para a p17 e p18. Na verdade, embora a p17 (sofrimento) e a p18 (perigo) não reünam uma concordância consensual para os peritos, como ocorre para os não peritos, os valores da concordância ainda têm bastante peso dentro do grupo dos especialistas do painel. Quanto à p16, em que para ambos os grupos existe um consenso quanto a concordar-se com a ideia de mar enquanto descanso, os peritos conseguem reunir uma concordância mais estruturada.

Assim, temos que são os não peritos quem mais facilmente concorda com a p13 que refere que o mar é essencialmente uma via de comunicação e transporte¹² e com a p16 segundo a qual os mares lembram descanso, conforto e tranquilidade¹³.

Como as restantes visões exploradas neste inquérito não apresentam diferenças por grupo, ou seja, assumem a mesma tendência para peritos e não peritos, poder-se-á dizer que as ideias de usufruto (turismo) e recreio (p14 e p15) e de perigo e poluição (p17, p18 e p19) colocam-se ao nível de visões mais consensuais, genéricas e reconhecidas como tal e com as quais se pode, então, concordar ou discordar como um todo.

Procurou-se de seguida, identificar a estrutura de organização destas representações dos mares e oceanos para todos os inquiridos do painel tentando perceber se estavam organizadas em função das três dimensões. Tomaram-se, então, as questões p13 a p19 (recodificadas em variáveis dicotomizadas, concorda e discorda) e efectuou-se uma análise factorial de correspondências simples. Do resultado dessa análise verificou-se que, os inquiridos agruparam as questões em função das três dimensões no primeiro

¹² $p < 0.01$

¹³ $p < 0.05$

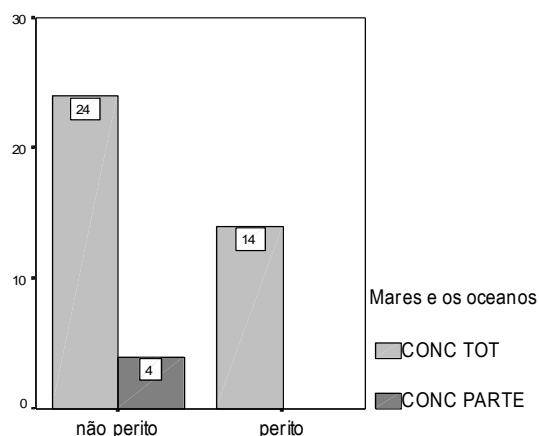
factor (associando as devidas concordâncias e discordâncias) e já no segundo, associaram a dimensão de emoções negativas à dimensão de utilidade económica e tanto emoções negativas como positivas à dimensão de utilidade individual e recreativa.

Finalmente, ao nível das representações genéricas dos mares e oceanos, tratou-se um grupo de questões que volta a abordar a questão da utilidade do mar, e uma dimensão do valor dos oceanos enquanto património da humanidade. Para a análise da valorização dos oceanos, tomaram-se as questões p20, p21a e p21b.

No que respeita à afirmação que remete para os oceanos enquanto fonte de recursos (p20), 5 dos inquiridos não especialistas concorda totalmente ou em parte enquanto 23 discorda com a afirmação, totalmente ou em parte. No que respeita à outra amostra, e para a afirmação que remete para os oceanos enquanto fonte de recursos (p20), todos os inquiridos discorda totalmente ou em parte com a afirmação. Repete-se assim, um afastamento desta visão meramente associada a uma utilidade dos recursos directos dos oceanos.

Como seria de esperar, na questão que menciona que os oceanos devem ser vistos como património da humanidade, todos os inquiridos não só concordam com a afirmação como consideram esta visão importante (p21a e b). O mesmo acontece para os inquiridos não peritos. Fazendo uma análise as diferenças por grupo, verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas, logo as respostas de ambas as amostras são consensuais a este respeito (Figura 15).

Figura 15 – Frequência da p21a para peritos e não peritos



Resumindo, as representações dos mares e oceanos incluem neste painel, uma visão sistémica apoiada numa definição de continuidade da relação entre o mar e a terra. Para os não especialistas o mar é visto como um pouco de tudo, sendo uma representação de conforto e tranquilidade, de uma via de comunicação e transporte, mas também de sofrimento, tristeza e perigo. Mas para os especialistas, este é consensualmente traduzido por uma imagem de descanso e conforto, embora em média a ideia de via de comunicação e transporte seja também forte.

Estas imagens dos mares e oceanos organizaram-se bem em torno das três dimensões de representações, sendo que os inquiridos reconhecem uma dimensão utilitária e outras duas associadas à emergência de emoções. Os inquiridos associam ainda as emoções negativas à utilidade económica e social dos mares e oceanos. Finalmente, existe também um consenso quanto ao valor dos mares como património da humanidade.

Segunda e terceira fase:

Para a segunda fase verifica-se uma nova distribuição das representações dos inquiridos sobre os mares e oceanos. Assim, a partir do factor 1 tende-se a associar, no pólo negativo, todas as discordâncias com as afirmações, excepto para a questão relativa à representação que associa os mares e oceanos ao turismo e a associação com o descanso que surge no ponto neutro. E associa-se ao pólo positivo todas as concordâncias à excepção do turismo e descanso. Pela análise, do segundo quadrante (factor 2), verifica-se uma tendência para associar a p17 (mar representa sofrimento) e a p18 (mar representa perigo) opondo-os a discordância com mar enquanto sofrimento (p17) e mar enquanto poluição (p19). Por outro lado, associa a discordância com perigo à concordância com sofrimento e turismo e discordância com mergulhos. Dissocia, ainda, este grupo à concordância com as ideias de mergulhos na praia e de poluição e discordância com descanso.

A reconfiguração das representações é a análise que representa maiores diferenças entre cada uma das fases. Este resultado é um pouco surpreendente porque as representações deveriam ser mais estáveis, mas de qualquer forma não houve uma grande diferença entre a saliência de dimensões emocionais e instrumentais. Obviamente que há que ter em conta que a amostra da primeira fase era diferente da amostra da segunda, uma

vez que esta tem menos cinco respondentes. Mas, houve de facto uma diferença significativa, para alguns itens do conjunto de perguntas que formavam o grupo das representações, como o p14 e o p18.

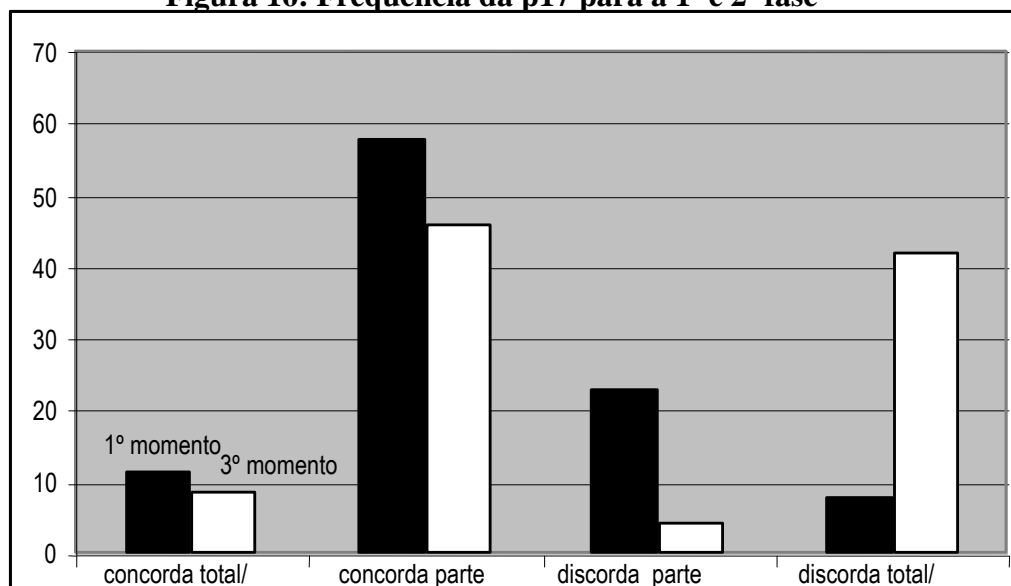
A grande diferença surge ao nível da avaliação em positivo e negativo que se reconfigurou com uma nova estrutura. De certa forma, a nova visão é um pouco mais pessimista porque são as características, antes consideradas como negativas que surgem agora em pólos positivos, como se as imagens do mar e dos oceanos fossem mais englobantes e se assumi-se que o mar e os oceanos são igualmente positivos, ainda que com as características positivas e negativas inerentes. No fundo houve uma espécie de reconfiguração realista das metáforas associadas aos mares e oceanos.

Quanto às afirmações que se apresentam como estatisticamente significativas para o segundo momento de inquirição verifica-se uma evolução em três das sete afirmações que compunham esse grupo:

- mar é mergulhos e banhos na praia (p14) reúne maior concordância na segunda fase de inquirição (significativa a menos de 5%).
- a afirmação que refere “o mar evoca sofrimento e recordações tristes das pessoas que partiram” (p17) regista na segunda fase uma menor concordância (significativa a menos de 5%).
- “o mar lembra perigo, agressividade e dificuldades” (p18), reúne por sua vez uma maior discordância fase à primeira fase, embora neste caso só significativa a cerca de 10%.

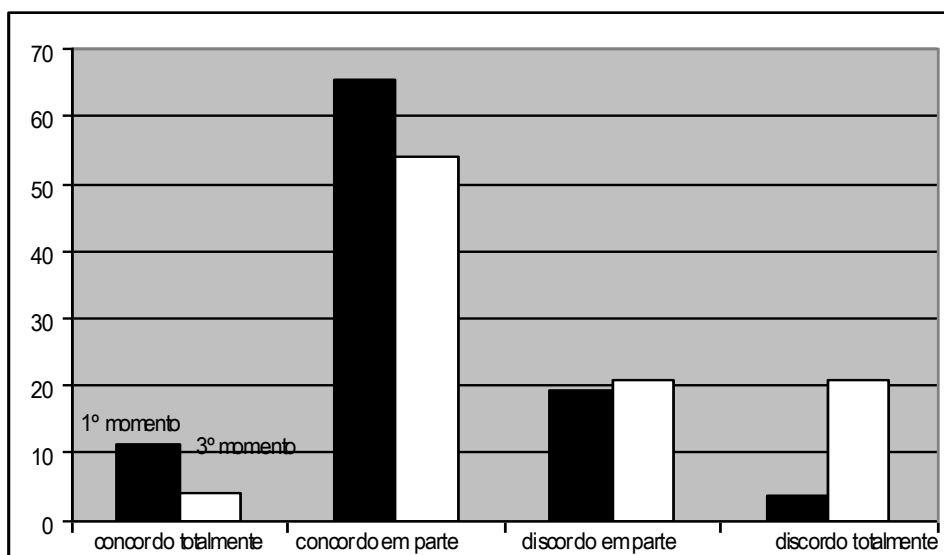
Para este grupo das representações, embora, na análise feita acima se tenha concluído que as representações passavam a englobar mais dimensões negativas, a verdade é que nesta análise de diferenças, dois dos itens mais negativos relativos aos mares, tornaram-se menos verdadeiros para os nossos inquiridos, mas são de facto as imagens mais extremadas. Para o terceiro momento mantém-se a diferença com as perguntas 17 e 18. A discordância total com a afirmação ‘o mar evoca sofrimento e recordações tristes das pessoas que partiram’ (P17) aumenta imenso na 3ª fase, conduzindo à existência de diferenças significativas entre os dois momentos. Esta tendência já se registava no segundo momento de inquirição (Figura 16).

Figura 16: Frequência da p17 para a 1ª e 2ª fase



Discordar (quer parcial quer totalmente) com a afirmação ‘o mar lembra perigo, agressividade e dificuldades’ (P18) é mais comum na 3ª fase, bem como no segundo momento (Figura 17).

Figura 17: Frequência da p18 para a 1ª e 2ª fase



5. POLUIÇÃO E CONSERVAÇÃO

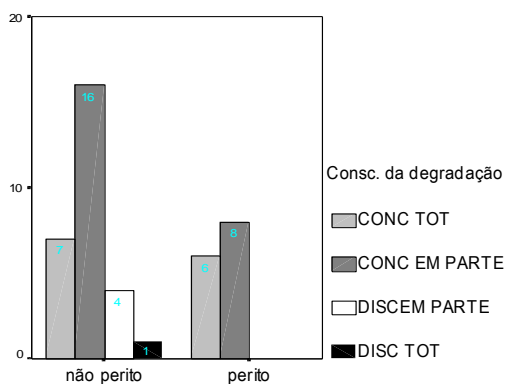
5.1. Avaliação de fontes poluidoras e percepção de mudanças

Primeira fase:

As questões 22, 23a e 24a,¹⁴ revelam-nos o grau de concordância dos inquiridos com afirmações que apontam para a tomada de consciência de fontes poluidoras dos mares e oceanos e para eventuais mudanças com vista a solucionar este problema (questão 23a).

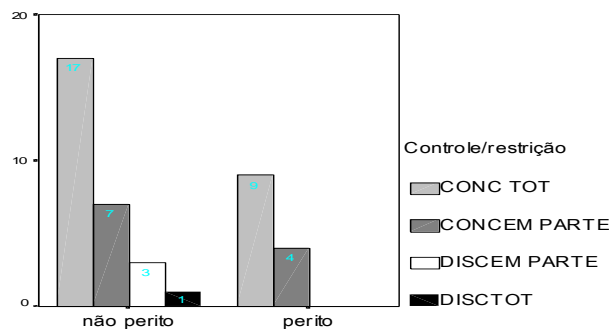
Verifica-se que a grande maioria dos elementos do painel de peritos concorda com as afirmações (13 concordâncias, em 14 respostas, para a questão 22; 14 elementos de acordo, face a um mesmo total, para a 23 a; e 14 para a 24 a); e a grande maioria dos elementos do painel de não peritos vai no mesmo sentido (24 concordâncias, em 28, para a questão 22; 22 de acordo, para a 23 a; e 26 para a 24 a) (Figuras 18 e 19).

Figura 18- Frequência da p22 para peritos e não peritos



¹⁴ Respectivamente, a concordância com as afirmações ‘a navegação marinha e a exploração de petróleo devem ser restringidas e controladas por serem fonte de poluição e degradação ambiental’, ‘a consciência sobre a degradação dos mares e oceanos conduzirá ao desenvolvimento de tecnologias náuticas não poluentes’ e ‘ não é só a carne que pode ter problemas de contaminações mas muito brevemente o peixe vai deixar de ser seguro’.

Figura 19- Frequência da p23a para peritos e não peritos



Uma vez que as concordâncias são muito grandes decidiu-se fazer uma análise mais fina destas perguntas, vendo como é que se relacionam. Utilizando o coeficiente de *Rho de Spearman* para estas perguntas verificou-se que existia uma relação média, em sentido directo, entre a p22 e a p23a. Ou seja, em termos de expectativas futuras quanto mais se concorda que a navegação marinha e a exploração de petróleo devem ser controladas por serem fontes de poluição, também se concorda que a consciência de degradação dos mares e oceanos vai conduzir ao desenvolvimento de tecnologias náuticas não poluentes. Assim, estas actividades e as suas consequências respectivas relacionam bem com as medidas de mudança tecnológica propostas.

Quanto à questão 24a, e embora a tendência de resposta seja semelhante, a correlação é fraca, muito provavelmente por esta questão salientar uma dimensão de problema (problema da contaminação) e não de percepção das fontes de poluição e das medidas propostas para a resolução dos problemas directamente associados a essa fonte de poluição.

Quando se perguntava ao elementos do painel (ambas as amostras) a importância que atribuíam, em termos individuais, ou seja, para eles próprios, ao facto da degradação dos mares e oceanos poder conduzir ao desenvolvimento de tecnologias náuticas não poluentes (p23b) e ao problema de a breve trecho não ser só a carne a ter risco de contaminações mas também o peixe deixar de ser seguro (p24b), a totalidade respondia ‘muito importante’ ou ‘importante’. Não houve assim, dispersão de respostas que possibilitasse uma análise mais aprofundada. Estas perguntas têm uma importância evidente pelo que é natural este tipo de resposta homogénea. Talvez devesse ter sido feita

a partir de um confronto de situações opostas. Em todos este grupo de perguntas (22 a 24) não se encontraram diferenças nas respostas entre cada uma das sub-amstras.

Segunda e terceira fase:

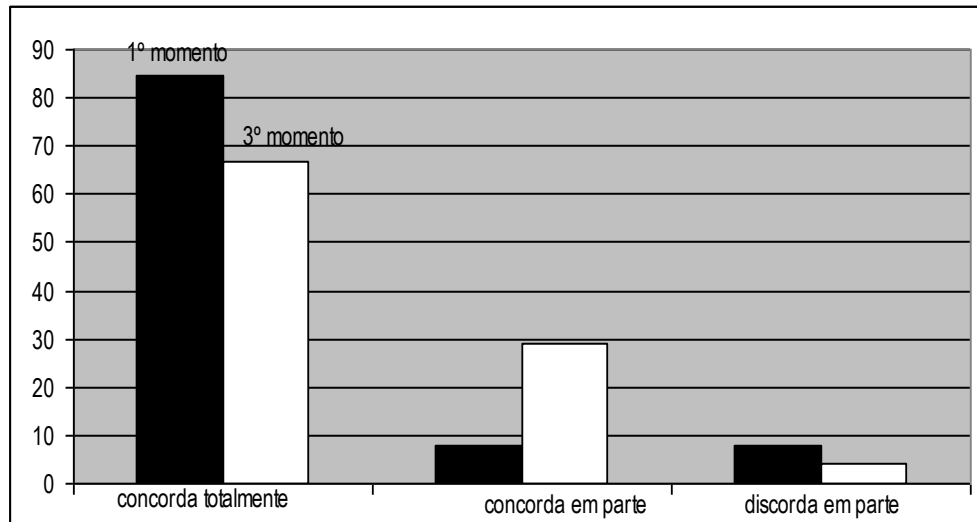
Ao longo das seguintes fases encontra-se uma ligeira alteração neste padrão de resposta nomeadamente no que diz respeito à importância do desenvolvimento das tecnologias náuticas enquanto solução dos problemas de poluição dos mares. Assim, verifica-se que deixou de haver correlação entre as questões p22 (‘A navegação marinha e a exploração de petróleo devem ser restringidas e controladas por serem fontes de poluição e de degradação ambiental’) e p23a (‘A consciência da degradação dos mares e oceanos conduzirá ao desenvolvimento de tecnologias náuticas não poluentes’).

Passou a verificar-se uma correlação média-fraca, em sentido inverso, mas significativa a menos de 10%, entre essa questão p22 e a p24a (‘Comenta-se que: não é só a carne que pode ter problemas de contaminações mas que muito brevemente o peixe vai deixar de ser seguro’). Ou seja, agora afirma-se que quanto mais se restringir a possibilidade de poluição provocada pela navegação e pela exploração de petróleo, menos problemas se terá com a contaminação dos peixes.

Relativamente às diferenças estatisticamente significativas que se registam para cada uma das afirmações, e entre a primeira e a Segunda fase de inquirição verificou-se que, existe uma diferença entre as respostas dadas para a pergunta 23b (“a consciência da degradação dos mares e oceanos conduzirá ao desenvolvimento de tecnologias náuticas não poluentes”) uma vez que diminui a importância atribuída a esta ideia. Esta diminuição da importância atribuída ao desenvolvimento tecnológico mantém-se constante para a terceira fase uma vez que, verificam-se diferenças face à mesma questão. Mais uma vez, e na sequência dos resultados da segunda fase, decresce a importância atribuída àquela potencial solução, aumentando as categorias ‘não sabe e não responde’.

Neste terceiro momento, a importância atribuída à afirmação anterior (P24b) é menor aumentando o ‘não sabe e o não responde’. Aumenta também significativamente a concordância parcial – à custa da total – com a afirmação ‘não é só a carne que pode ter problemas de contaminação...’ (Figura 20).

Figura 20 – Frequência da p24a para a 1ª e 2ª fase



5.2. Avaliação da gravidade da conservação da orla costeira

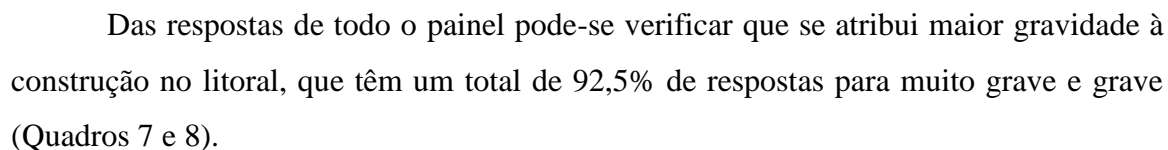
Primeira fase:

Também as respostas às questões 28 a 30 - que mediam, a gravidade que os inquiridos apontavam, respectivamente, para a erosão costeira e para o papel das construções no litoral para essa mesma erosão - reflectem uma situação quase consensual, dividindo-se os elementos inquiridos entre o ‘muito grave’ e o ‘grave’. É de salientar, no entanto, que não só existe uma distribuição quase igualitária das respostas entre o ‘muito grave’ e o ‘grave’, como também que, no conjunto das perguntas, existem 3 indivíduos que consideram estes problemas pouco graves.

As respostas da amostra de peritos também apresentam a mesma tendência de respostas. Assim, para a gravidade atribuída à erosão costeira (p28) 11 das 14 respostas considera-a grave ou muito grave. Quanto aos factores apontados como explicativos dessa gravidade tanto as construções no litoral (p29) como a utilização intensa das praias (p30) são maioritariamente considerados factores graves. No primeiro caso 13 dos inquiridos consideram a situação grave, enquanto no segundo consideram-na grave 10 dos inquiridos.

No grupo de não peritos verifica-se que quanto à gravidade atribuída à erosão costeira (p28) 22 das 26 respostas válidas considera-a grave ou muito grave sendo que os

Figura 21 – Frequência da p29 para peritos e não peritos



| Country | 1950 | 1955 | 1960 | 1965 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 | 2015 | 2020 | 2025 | 2030 | 2035 | 2040 | 2045 | 2050 |
|----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Japan | 7.0 | 7.5 | 8.0 | 8.5 | 9.0 | 9.5 | 10.0 | 10.5 | 11.0 | 11.5 | 12.0 | 12.5 | 13.0 | 13.5 | 14.0 | 14.5 | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 |
| Germany | 10.0 | 10.5 | 11.0 | 11.5 | 12.0 | 12.5 | 13.0 | 13.5 | 14.0 | 14.5 | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 |
| France | 11.0 | 11.5 | 12.0 | 12.5 | 13.0 | 13.5 | 14.0 | 14.5 | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 |
| Italy | 12.0 | 12.5 | 13.0 | 13.5 | 14.0 | 14.5 | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 |
| Spain | 13.0 | 13.5 | 14.0 | 14.5 | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 |
| Sweden | 14.0 | 14.5 | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 |
| United Kingdom | 15.0 | 15.5 | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 |
| United States | 16.0 | 16.5 | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 |
| Canada | 17.0 | 17.5 | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 |
| China | 18.0 | 18.5 | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 |
| India | 19.0 | 19.5 | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 |
| South Africa | 20.0 | 20.5 | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 | 29.5 | 30.0 |
| South Korea | 21.0 | 21.5 | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 | 29.5 | 30.0 | 30.5 | 31.0 |
| Poland | 22.0 | 22.5 | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 | 29.5 | 30.0 | 30.5 | 31.0 | 31.5 | 32.0 |
| Belgium | 23.0 | 23.5 | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 | 29.5 | 30.0 | 30.5 | 31.0 | 31.5 | 32.0 | 32.5 | 33.0 |
| Portugal | 24.0 | 24.5 | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 | 29.5 | 30.0 | 30.5 | 31.0 | 31.5 | 32.0 | 32.5 | 33.0 | 33.5 | 34.0 |
| Spain | 25.0 | 25.5 | 26.0 | 26.5 | 27.0 | 27.5 | 28.0 | 28.5 | 29.0 | 29.5 | 30.0 | 30.5 | 31.0 | 31.5 | 32.0 | 32.5 | 33.0 | 33. | | | |

[REDACTED]

[REDACTED]

Segunda e terceira fase:

Deste modo, trataram-se as variações de resultados registadas durante a segunda fase, mas não para a terceira. Desta primeira análise verificou-se a existência de uma nova correlação entre as questões p29 (gravidade da construção no litoral enquanto factor da erosão costeira) e p31a (concordância, ou não, com a medida de construção de obras de defesa costeira para a defesa das comunidade) e p31b (concordância, ou não, com a

46

permissão de construção no litoral sob o risco dos proprietários). Esta correlação é de intensidade fraca-média e em sentido inverso.

Assim, também neste grupo parece registar-se um acréscimo da gravidade atribuída a questões que se podem associar ao problema da degradação dos mares. Os inquiridos manifestam, nesta fase, opiniões ligeiramente mais pessimistas quanto às soluções apresentadas e parecem ser mais críticos no que concerne ao estado real das situações que envolvem a degradação dos mares e oceanos.

Tanto para a questão da orla costeira, como para as questões da poluição marítima parece haver uma maior sensibilidade para os problemas apresentados uma vez que, tanto as medidas para a orla costeira parecem ser menos desejáveis, como as expectativas face ao desenvolvimento de tecnologia náutica não poluente parecem ser menos positivas.

Relativamente às afirmações onde se registaram diferenças significativas entre os dois primeiros momentos:

- verifica-se uma diferença para a questão p29 relativa à gravidade das construções no litoral, sendo que diminui a gravidade atribuída na segunda fase. Ainda que a diferença seja significativa a cerca de 10%.
- quanto às medidas propostas para a resolução do problema do avanço do litoral, regista-se uma diferença de opiniões ($p < 0,05$) relativa à medida de retirada das povoações em risco (p31b), onde a discordância aumenta, durante a segunda fase.
- aumenta, também, a discordância com a medida que refere a permissão de construção no litoral sob o risco dos proprietários (p31c). Neste caso a diferença só é significativa a cerca de 10%.

Os inquiridos também aparentam manifestar nesta fase, e para este tipo de problemas opiniões mais pessimistas quanto às soluções apresentadas e também mais críticos quanto ao estado real da orla costeira.

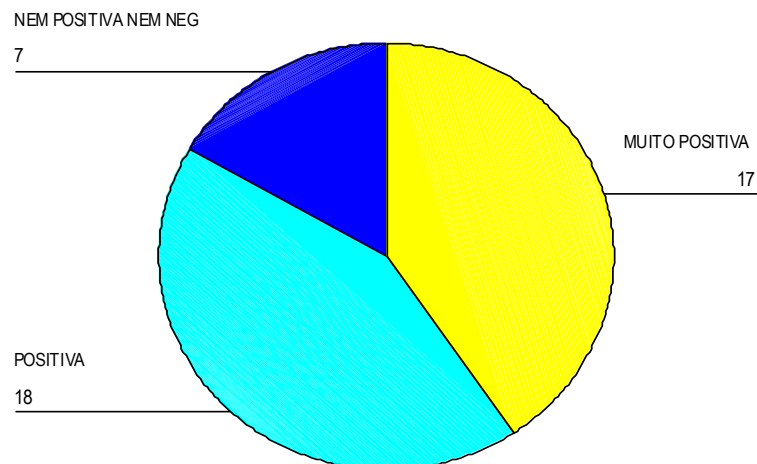
6. EXPO98

6.1. Atitude geral face à Expo

A grande maioria dos inquiridos considera a Expo98, e o seu objectivo de projecção à escala mundial como positivo, ou muito positivo (p32). O número daqueles

que tomam uma atitude neutra - ‘nem positiva nem negativa’ – é reduzido (2 em 14). Dos não peritos, a maioria também considera a Expo98, e o seu objectivo de projecção à escala mundial como positivo, ou muito positivo. No entanto, o número daqueles que tomam uma atitude neutra - ‘nem positiva nem negativa’ - não é desprezível. A figura 22 representa as respostas de todos os inquiridos do painel, onde a distribuição de respostas já está mais equilibrada entre as opiniões negativa e positiva.

Figura 22 – A Expo98 pretende ser uma exposição com uma projecção à escala mundial



Não parece existir relação entre as respostas a esta pergunta e outras questões de avaliação da expo98, nomeadamente as que afirmam que ‘a expo98 é demasiado cara e só vai beneficiar Lisboa’ e que ‘era preferível ter gasto o dinheiro da Expo para outras coisas. Mas para os peritos já se encontra uma relação média e em sentido inverso entre as respostas a esta pergunta (p32) e outra questão de avaliação da expo98, a saber, a que afirma que ‘a zona de habitação da expo98 é apenas para pessoas com bastante dinheiro e criará uma separação artificial em relação aos bairros populares’(p42). Ou seja, quanto mais o objectivo da projecção é positivo menos se concorda com esta afirmação.

6.2. Conhecimento dos objectivos da Expo

No que diz respeito às questões que apontam para o conhecimento dos objectivos da Expo, em geral a maioria dos inquiridos especialistas, afirma estar a par destes. Os poucos indivíduos que face a algum dos objectivos admite não o conhecer não são os mesmos que dizem não estar a par de outro dos objectivos. A única questão que, no interior deste capítulo, merece maior destaque, é a que aponta para o objectivo da Expo em ‘definir um plano de gestão e conservação da diversidade das espécies marinhas’. Neste caso concreto, a dispersão das respostas é muito maior, havendo 12 inquiridos que dizem desconhecer este objectivo.

No que diz respeito às mesmas questões que apontam para o conhecimento dos objectivos da Expo (p33a a p38a), a maioria dos inquiridos não especialistas, também afirma estar a par destes objectivos. E como acontece também com o grupo de não peritos a única questão que, se salienta é a que aponta para o objectivo da Expo em ‘definir um plano de gestão e conservação da diversidade das espécies marinhas’ (p37a). Neste caso concreto, a existem 5 inquiridos que dizem desconhecer este objectivo. Este foi sempre um objectivo formal e menos expresso no decorrer da preparação e na duração da Expo.

Fez-se um teste de Qui-quadrado para cada grupo de inquiridos, para esta perguntas. e verificou-se que só havia uma diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) para a p36a (‘a Expo98 tem como objectivo actualizar e conhecer melhor as informações sobre os mares e oceanos’), sendo que são os peritos quem mais afirma conhecer este objectivo.

6.3. Importância atribuída à Expo98

Primeira fase:

Novamente no que diz respeito à importância que os inquiridos atribuem a cada um dos objectivos subjacentes à expo98 e enunciados no questionário, a posição é quase unânime para os não peritos; quase todas as respostas se situam no ‘muito importante’ ou ‘importante’, sendo raros aqueles que atribuem pouca importância a algum dos objectivos. No entanto, existe relação entre as respostas obtidas para a questão 33b e 34b, por um lado, e as perguntas 36b e 37b. Assim, os que atribuem pouca importância ao papel da Expo na promoção do turismo e enquanto área de diversão (p34b) tendem a ser

diversidade marinha (p396). Com um valor médio ainda não muito diferente tem-se o objectivo de promoção do turismo e de constituição de uma área de diversão (p392)

Para os peritos e ainda quanto aos diferentes objectivos da Expo98 constata-se que os inquiridos consideram ter sido mais valorizados o aumento do conhecimento dos portugueses sobre os oceanos e diversidade marinha (p396), a valorização de Lisboa (p393) e a promoção do turismo e de constituição de uma área de diversão (p392). Assim, tanto a p392 (diversão) e a p393 (Lisboa) são comuns aos dois grupos de inquiridos.

Quanto aos objectivos que segundo os inquiridos não peritos deveriam ser mais valorizados verificam-se médias superiores para as questões do aumento do conhecimento dos portugueses sobre os oceanos e diversidade marinha (p406), da definição de um plano de gestão e conservação da diversidade das espécies marinhas (p405) e da valorização de Lisboa pela recuperação da sua área oriental (p403).

Quanto aos objectivos que segundo os peritos deveriam ser mais valorizados verificam-se médias superiores para as questões da valorização de Lisboa pela recuperação da sua área oriental (p403) a par do objectivo de actualizar-se informações sobre os mares e oceanos (p404) e do aumento do conhecimento dos portugueses sobre os oceanos e diversidade marinha (p406).

Comparando os dois tipos de questão, isto é, pondo em confronto os objectivos que os inquiridos peritos pensam ter sido mais valorizados e aqueles que na sua opinião o deveriam ser assiste-se a diferenças mais marcadas (significativas do ponto de vista estatístico) face às questões da Expo como promotora de turismo e área de diversão (p402) e do seu papel na definição de um plano de gestão e conservação da biodiversidade marinha (p405). Confrontando os objectivos para a amostra de não peritos assiste-se a diferenças mais marcadas (significativas do ponto de vista estatístico) também face às questões da Expo como promotora de turismo e área de diversão (p402) e do seu papel na definição de um plano de gestão e conservação da biodiversidade marinha (p405). Assim, para os inquiridos do painel são estes dois objectivos que surgem como mais descoincidentes em termos da importância que foi dada, e a importância que deveria ter sido, de facto, atribuída.

Resta acrescentar ainda neste ponto que o pavilhão considerado mais importante para todos os inquiridos (ambas as amostras) é o Oceanário, facto a que não será certamente alheia a divulgação de que foi sido alvo.

6.4. Avaliação da concretização dos objectivos da Expo

Ao contrário do que se poderia esperar o painel dos não peritos não se revela muito céptico quanto à concretização dos objectivos da Expo; pelo contrário quanto a alguns objectivos todos os inquiridos pensam que eles se poderão concretizar total ou parcialmente.

As poucas respostas que apontam para a não concretização dos objectivos não partem dos mesmos inquiridos, pelo que podemos por de parte a hipótese de existência de cepticismo por parte de alguns dos inquiridos. As questões relativas à concretização dos objectivos da Expo em mostrar o papel de Portugal nos descobrimentos e em actualizar as informações sobre os mares e oceanos são as únicas que revelam relação entre si, ou seja, é somente aqui que os não crentes se sobrepõem. Também com o painel dos peritos, estes não se revelam muito cépticos quanto à concretização dos objectivos da Expo; pelo contrário todos os inquiridos pensam que eles se poderão concretizar total ou parcialmente.

6.5 Percepção das consequências da Expo

Como seria de esperar todos os elementos do painel (ambas as amostras) concorda com a afirmação (p41) segundo a qual ‘durante a Expo98 continuarão a existir graves problemas de trânsito e de organização em Lisboa’.

Quanto à afirmação de a Expo98 ser demasiado cara e só vai beneficiar Lisboa, a maior parte dos inquiridos não peritos manifesta-se de acordo, embora o desacordo não seja também de menosprezar.

Para a outra amostra na afirmação p42, de a Expo98 ser demasiado cara e só vai beneficiar Lisboa, a resposta é inversa à dos não peritos, uma vez que a maior parte dos inquiridos em análise manifesta-se em desacordo (9), embora o acordo em parte não seja também de menosprezar (5).

É também maioritária a opinião segundo a qual a zona de habitação da expo98 é apenas para pessoas com bastante dinheiro e criará uma separação artificial em relação aos bairros populares, quer para os peritos como para os não peritos. A relação entre as duas questões (p41 e p42) se bem que não muito marcada revela, no entanto, que a maior parte dos inquiridos que tendem a concordar com uma das afirmações concordam

também com a outra e vice-versa. Por fim, pode dizer-se que é pouco equilibrada a distribuição das respostas entre os inquiridos que afirmam ter sido preferível gastar o dinheiro da Expo98 para outras coisas¹⁶ e os que não concordam com a afirmação, para todo o painel (figura 23).

Figura 23 - Era preferível ter gasto o dinheiro da Expo para outras coisas



Desta distribuição, são os não peritos quem mais afirma que era preferível ter-se gasto o dinheiro da Expo noutras coisas (11 não peritos contra 1 perito)(quadro 17). De facto a diferença das respostas por grupo, para a p44 é significativa a 5%.

Quadro 10 – Cruzamento dos inquiridos com a p44

| | SIM | NÃO |
|------------|-----|-----|
| NÃO PERITO | 11 | 13 |
| PERITO | 1 | 12 |
| TOTAL | 12 | 25 |

De qualquer modo, pode-se afirmar que do resultado das respostas obtidas, a Expo 98 é geralmente considerada como um evento positivo, com algumas consequências

¹⁶ Neste caso os inquiridos apontaram como alternativas gastos em políticas públicas genéricas, tais como,

sobre o urbanismo, mas não muito salientes e com aspectos positivos ao nível da divulgação de conhecimentos sobre os mares e oceanos e enquanto uma área de diversão. Os objectivos a que a Expo se propôs, foi algo que esteve um pouco mais distantes dos inquiridos em termos do conhecimento que deles tinha, embora houvesse uma confiança generalizada na sua concretização. Assim, a atitude geral face à Expo revelou-se, para este painel, como uma atitude positiva.

Segunda e terceira fase:

Relativamente as alterações que se encontraram ao longo de toda a Segunda fase, resumem-se a seguir aquelas que se consideraram mais relevantes:

- passou a existir uma relação entre as questões p33b – importância do objectivo da Expo98, de mostrar o papel de Portugal nos descobrimentos portugueses – e p34b – importância do objectivo de promover o turismo e uma área de diversão.
- deixou de existir relação que existia entre as perguntas p36b – objectivo de actualizar e conhecer melhor as informações sobre os mares e oceanos e a p37b – importância do objectivo de definir um plano de gestão e conservação da diversidade das espécies marinhas).

Desta primeira análise dos resultados relativos ao grupo da Expo98, verifica-se que a visão que os inquiridos retiveram dos objectivos do evento, estiveram muito associados à vertente cultural turística, uma vez que a exposição surge fortemente associada (nesta segunda fase) aos descobrimentos portugueses e à promoção do turismo. Enquanto que antes da realização da exposição, salientavam-se muito os objectivos associados ao conhecimento dos mares e oceanos, após a realização da exposição, os inquiridos reformularam as suas opiniões em função daquilo que foi, de facto, a exposição para eles – descobrimentos e turismo.

A partir dos resultados deste grupo, também foi possível analisar até que ponto é que a Expo98 poderia ser entendida como instrumento de mudanças das posições e conhecimentos que os inquiridos tinham face aos problemas dos mares e oceanos. Uma vez que a maior conotação foi para a sua definição enquanto acontecimento cultural e

turístico, não é de surpreender que o seu efeito que tenha tido tenha incidido apenas sobre a sensibilidade dos inquiridos.

Esta sensibilização era visível também na exposição; que publicitava bastante a temática dos oceanos. Mas aquela publicidade ficava-se muito ao nível da referência aos mares sem haver um grande enfoque na informação e divulgação específica do funcionamento dos oceanos, do seu valor e do valor dos seus habitats, dos processos marítimos, da sua relação com os ecossistemas terrestres e com as actividades socio-económicas que deles dependem.

Na, verdade, o grande objectivo da exposição era o de relembrar a existência de uma superfície marítima, que raramente é salientada enquanto elemento natural com valor próprio, ou com um significado importante em termos de equilíbrio biosférico. Tendo em conta este objectivo, pode-se dizer que , pelo menos, até esta segunda fase esse foi concretizado através do relativo aumento da sensibilidade aos mares e oceanos.

Quando se passa para o nível da análise das diferenças que se encontram nas diferentes afirmações e ainda para o grupo relativo à Expo98 verifica-se que ainda existe um grupo de perguntas, relativamente grande, que apresentava diferenças nas respostas entre as duas fases de inquirição. Estas são, na sua maioria, perguntas sobre os objectivos da EXPO:

- relativamente à importância atribuída aos diferentes objectivos, existe uma diferença para as perguntas p33a (mostrar o papel de Portugal nos descobrimentos); p34a (promover o turismo); p35a (valorizar Lisboa) e p38a (aumentar o conhecimento dos portugueses sobre os oceanos). Em todos os casos, e a importância dada aos objectivos diminui.
- quanto à expectativa de concretização desses objectivos regista-se uma diferença para as perguntas p33b (descobrimentos); p37b (definir um plano de gestão e conservação das espécies marinhas) e p38b (aumentar o conhecimento dos portugueses). A expectativa de concretização diminui durante a segunda fase de aplicação do inquérito.
- existe uma diferença quanto aos objectivos a que se deu mais importância durante a Expo98. Do conjunto de todos os objectivos mencionados no inquérito, foram considerados mais importantes do que deveriam ter sido os seguinte: valorização

de Lisboa, promoção do turismo e definição de um plano de gestão e conservação das biodiversidade marinha.

- foram considerados menos importantes do que aquilo que deveriam ter sido, os objectivos seguintes: actualizar informações sobre os mares e oceano; aumentar o conhecimento dos portugueses sobre os oceano e o papel de Portugal nos descobrimentos portugueses.
- regista-se uma diferença quanto à pergunta que refere os problemas de trânsito em Lisboa provocados pela Expo98. Neste caso concorda-se menos que tivessem existido, realmente, graves problemas de trânsito.
- o mesmo acontece quanto à questão relativa ao facto das urbanizações da Expo98 serem demasiado caras, uma vez que na segunda fase a discordância é maior.
- finalmente, existe uma diferença face à importância que os pavilhões temáticos poderiam ter (durante a primeira fase) e a importância que os pavilhões tiveram de facto (segunda fase).

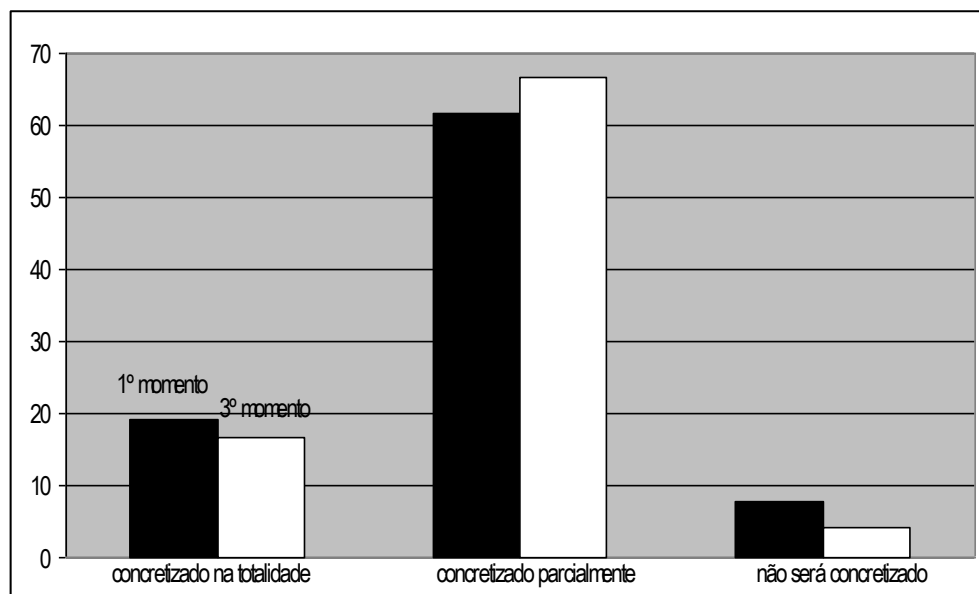
Para terminar, esta problematização sintética dos resultados empíricos finais da segunda fase, tecem-se conclusões sumárias relativas ao grupo da Expo98. Muito embora os nossos inquiridos associem a Expo ao turismo e aos descobrimentos dos portugueses, na verdade esses objectivos surgem-lhes, nesta fase, como menos importantes. De facto, eles chegaram a ser considerados como muito importantes durante a primeira fase. Mas obviamente que a confrontação com a concretização desses mesmos objectivos, deixa os respondentes livres para se poderem preocupar com outro tipo de problemas, uma vez que estes já estão atingidos.

Apesar da importância destes objectivos diminuir, a Expo mantém-se na mesma como um evento muito positivo. A expectativa de concretização desses objectivos associados aos mares e oceanos (conhecimento, divulgação e planos de conservação), vai obviamente decrescer uma vez que os inquiridos nem sequer os consideram como objectivos da exposição, a partir daquilo que é a sua observação pessoal do evento. Se aos inquiridos lhes parece que estes não estão a ser tratados como objectivos em si, também não é natural que haja muitas expectativas quanto à sua concretização total.

Finalmente, e no que diz respeito à evolução das respostas entre o primeiro e o terceiro momento de inquirição regista-se que:

- face ao objectivo da Expo 98 de ‘mostrar o papel de Portugal nos descobrimentos’ (P33b), parece haver, como no segundo momento, maior percentagem de inquiridos que pensa que o objectivo foi concretizado, contrapondo à fase inicial, em que a perspectiva da sua concretização deixava grandes dúvidas e, em consequência muitos ‘não sabe’ e ‘não responde’.
- são agora mais os que pensam que foi parcialmente concretizado o objectivo da Expo98 de ‘definir um plano de gestão e conservação das espécies marinhas’ (P36b) sendo em menor número quer os que pensam que seria concretizado totalmente, quer os acreditavam que não seria concretizado.

Figura 24 – frequência da p36b para a1ª e 2ª fase



CONCLUSÕES

Apesar dos nossos inquiridos, terem considerado a Expo98 como um evento essencialmente cultural vocacionado para a promoção turística, a permanente exposição ao evento (foram cerca de cinco meses de exposição permanente a uma temática direccionada para os mares e oceanos) permitiu que uma certa sensibilidade para as questões ligadas à sustentabilidade dos mares e oceanos fosse, de certa forma, apurada, como pudemos verificar no desenvolvimento dos resultados obtidos. O maior efeito percebido, foi sobre os as atitudes e expectativas dada às questões que rodeiam os problemas dos mares e oceanos.

Uma primeira conclusão é a de que na antevisão da Expo há uma reacção de *positivar* os mares e oceanos. Eles são encarados como ‘só podendo ser um problema importante’, tendem como que a *dissimular-se* as opiniões reais e como que se esquece o reduzido conhecimento sobre a matéria.

Em segundo lugar verifica-se que após a Expo98, *apuram-se* as opiniões, alterando-se as tomadas de posição no grupo dos planos de ordenamento, das representações do mar e nas políticas de resolução dos problemas dos oceanos. Estas alterações de posição verificam-se ao nível das atitudes, das expectativas e do conhecimento dos problemas dos mares e oceanos. Mantém-se a orientação normativa de preocupação com os mares e oceanos.

Uma terceira conclusão aponta para, com o afastamento do evento (Expo98), da sua publicitação e da sua permanente integração nos discursos quotidianos, as opiniões assumirem um carácter mais realista. São, contudo, opiniões mais sensíveis e informadas – ou com desejo de informação – sobre as questões dos mares e oceanos. As posições assumem-se mais extremadas e mais críticas no terceiro momento de inquirição, mas surge também um acréscimo de ‘não respostas’, de um modo mais assumido.

Desta terceira fase conclui-se que as opiniões evoluíram em vários sentidos. Primeiro, para um decréscimo na crença no direito e nas políticas, enquanto instrumentos de resolução do problema dos mares e oceanos. Decrescem também as expectativas face ao desenvolvimento de tecnologias não poluentes e assiste-se a uma alteração na atitude e representação face aos mares e oceanos, surgindo respostas mais extremistas. A

sensibilidade torna-se como que ‘mais apurada’ e os valores não se vêm a alterar muito mais, sendo que a ligeira alteração que se encontra vai no sentido de uma maior afirmação.

Contudo, em todos os primeiros grupos aqui analisados, parece haver uma generalidade que é a da ‘saliência’ da diferença ao nível de uma sensibilidade e uma valorização mais abstractas, ou seja aumentam os pesos de valores e importâncias das questões, mas não parece haver um aumento de maior conhecimento, ou preocupação prática, uma vez que nesse tipo de questões não se verificaram diferenças. O que parece ter existido, de facto, um aumento da sensibilidade para a questão dos mares e oceanos durante o período em que decorreu a Expo98.

Estas conclusões são aprofundadas, numa análise final da evolução para a terceira fase de inquirição do painel, por cada um dos grupos temáticos analisados neste inquérito.

BIBLIOGRAFIA

- COSTANZA, Robert, et al, 1998, “Ecological Economics and Sustainable Governance of the Oceans”, in R. Costanza & F. Andrade (eds.), *Ecological Economics and Sustainable Governance of the Oceans*, Lisboa, FLAD/IMAR/LPN
- DUNLAP, et al, 1992, *Measuring Endorsement of an Ecological Worldview: A Revised NEP Scale*, paper presented at the Annual Meeting of the Rural Sociological Society, The Pennsylvania State University, State College, PA
- HANNA, Susan, 1998, “Strengthening Governance of Ocean Fishery Resources”, in R. Costanza & F. Andrade (eds.), *Ecological Economics and Sustainable Governance of the Oceans*, Lisboa, FLAD/IMAR/LPN
- RAYNER, Steve, 1998, “Civil Society and Fairness in Sustainable Governance Strategies”, in R. Costanza & F. Andrade (eds.), *Ecological Economics and Sustainable Governance of the Oceans*, Lisboa, FLAD/IMAR/LPN
- STERN, Paul & DIETZ (1995), “The New Ecological Paradigm in social-psychological context”, in *Environment and Behaviour*, Vol. 27, N° 6: 723-743